



As datas entre colchetes foram arbitradas de acordo com os acontecimentos relatados nos discursos

Nº: 57

Título: Entrevista do Governador da Guanabara, Negrão de Lima, à SURSAN.

Expositores: Governador Negrão de Lima.

Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 30 minutos.

Data: 28/11/1967

Sumário: Entrevista sobre a importância da criação da SURSAN e sobre a dívida deixada pela construção do Guandu. O governador Francisco Negrão de Lima elogia a SURSAN, que considera fundamental para que o Rio passasse pelas mudanças pelas quais passara. Diz que tinha enfrentado dificuldades para criar a SURSAN e que inicialmente o órgão só tivera funcionários que já pertenciam aos quadros do estado. Fala sobre uma palestra que fora convidado a fazer sobre a criação da SURSAN e que em três anos a SURSAN tinha construído mais rede de esgoto que em um século no Rio Janeiro. Afirma que a cidade era desumana, principalmente no subúrbio, por causa da falta de esgoto. Fala sobre a campanha que fez a favor da SURSAN no rádio e na televisão e que a criação do órgão fora uma vitória da população do Rio de Janeiro. Destaca que a SURSAN tinha sido criada para durar 10 anos, mas que este prazo fora insuficiente e que ela passava, então, a ser permanente. Agradece o comparecimento dos jornalistas. Menciona que a taxa adicional que constava do material distribuído à imprensa sobre a SURSAN havia sido logo abandonada e que a arrecadação aumentara com a campanha; “seu talão vale um milhão”, sem precisar criar um novo imposto, apenas melhorando a forma de arrecadação. O repórter pergunta se a SURSAN poderia garantir que não haveria enchentes na cidade no próximo ano. Negrão de Lima responde que não, que apesar de todo o trabalho feito em cima dos pontos críticos, uma nova enchente poderia revelar novos pontos críticos e que enchentes aconteciam em outras cidades, como Lisboa. Mas ressalta que naquele momento a cidade tinha mais experiência para enfrentar a situação. O repórter fala de duas fases para combater a enchente, a preventiva e a emergencial. O governador responde que uma das medidas preventivas adotadas tinha sido a contenção das encostas, que se tivesse sido feita há mais tempo teria evitado desabamentos. Menciona que os pontos críticos estavam sendo monitorados, mas que podiam surgir novos. Fala sobre obras feitas em Botafogo para evitar os danos causados por enchentes. O repórter pergunta sobre a necessidade de aumento de impostos e o governador responde que havia criado uma nova taxa para os veículos, para o asfaltamento das ruas do subúrbio, porque a taxa que existia era muito baixa, era de apenas 12 cruzeiros. Comenta que esperava arrecadar 15 bilhões de cruzeiros com a taxa e que faria propaganda de toda a rua que fosse asfaltada com a referida taxa. Menciona que o acréscimo da taxa d’água estava relacionado à construção da adutora do Guandu, que fora feita com empréstimo do BID e que o seu governo estava tendo que pagar parte da dívida, por isso tinha sido necessário o aumento. Explica que naquele ano tinham sido pagos 10 bilhões em cruzeiros antigos e que o governo tinha que pagar ainda 50 bilhões de cruzeiros da construção do Guandu, emprestados pelo BEG. Diz que a taxa também estava sendo utilizada para a expansão da rede de distribuição da CEDAG.

Temas: SURSAN, GUANDU, impostos, “seu talão vale um milhão”, BID, BEG, CEDAG.

Nº: 59

Título: Entrevista do Governador da Guanabara, Negrão de Lima, na TV Globo – 2ª fita.

Expositores: Governador Negrão de Lima.

Local: Copacabana, Rio de Janeiro - RJ

Duração: 15 minutos.

Data: 13/11/1967

Sumário: O governador Negrão de Lima inaugura a sala de turismo em Copacabana e discorre sobre a importância de incentivar o turismo. Diz que estava muito alegre por assistir à inauguração da sala, que fora possível graças aos principais grupos empresariais de Copacabana, em conjunto com a Administração Regional. Fala que a sala era um novo toque de civilização e cultura em Copacabana. Discorre sobre a importância do turismo e cita como exemplos países como Inglaterra, Espanha, Portugal e México que investiam em turismo. Destaca que o desejo do turista era muito simples: gostava do melhor de tudo, não queria ter trabalho e queria, acima de tudo, ser muito bem tratado. Ressalta que era preciso investir muito no turismo, incluindo hotéis, estradas, e atrações turísticas. Elogia a criação da

Embratur e diz que ela pode ser muito útil para aumentar o turismo no Brasil. Comenta que a construção da sala sofreu críticas, mas que o governo estava seguro de estar fazendo o certo e estava acostumado a receber críticas. Conclui falando que as pessoas tem o hábito de criticar e que ficou provado que o governo estava certo e os críticos errados. Agradece a todos.

Temas: Turismo, investimento, Embratur

Nº: 61

Título: Entrevista Coletiva do Governador da Guanabara, Negrão de Lima, à imprensa, no Palácio Guanabara – 1ª fita.

Expositores: Governador Francisco Negrão de Lima. Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 36 minutos.

Data: 28/11/1967

Sumário: Discurso do governador Francisco Negrão de Lima sobre a criação da SURSAN e as obras que ela tornou possível. O tema principal da entrevista, segundo o governador, era a SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento), que completava 10 anos. Fala sobre o histórico que resultou na criação da SURSAN. Explica que para angariar recursos adotara a campanha “seu talão vale um milhão” - uma fiscalização indireta da nota fiscal - , como maneira de aumentar a arrecadação, evitando um aumento de impostos. Afirma que destinara à SURSAN 10% da receita. Ressalta que ocorrera oposição à criação da SURSAN na Câmara e na Associação Comercial e Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Fala que houve uma campanha no rádio e na televisão contra a criação da SURSAN e que ele também tinha feito uma campanha nos meios de comunicação, gratuitamente, mas a favor da construção da SURSAN. Comenta que também fizera campanha pessoalmente no subúrbio. Mostra uma mensagem que transmitira ao povo carioca, em que propunha o desmonte do morro Santo Antônio, para o aterro da Glória, Flamengo e Botafogo, permitindo a abertura da avenida Norte-Sul e construção de novas pistas da avenida Beira Mar, desafogando o trânsito. Fala da construção da avenida Perimetral, do saneamento da vasta zona suburbana, da abertura das avenidas Radial Oeste e Radial Sul, da ligação do Cais do Porto-Copacabana, através do túnel Catumbi-Laranjeiras. Diz que estas obras proporcionariam a diminuição do gasto de gasolina, ao desafogar o trânsito e que a SURSAN havia acelerado as obras. Afirma que sem a SURSAN o desmonte do morro Santo Antônio levaria 80 anos. O túnel Catumbi-Laranjeiras 115 anos. Ressalta que se fossem cumpridos esses prazos, as obras seriam inauguradas com marcianos e habitantes da lua. Comenta que a campanha tinha durado dois meses. Agradece à Câmara por haver aprovado o projeto e diz que a obra de um governante nunca era só de um governante e que ele havia contado com o apoio de engenheiros, arquitetos e muitas outras pessoas.

Temas: SURSAN, “seu talão vale um milhão”, obras, abertura de avenidas, túneis e viadutos.

Nº: 62

Título: Entrevista (Nº 48) em uma Reunião Social de Brasileiros Realizada em Nova York – Entrevistadora: Marilena.

Entrevista (nº. 47) com o Cônsul Geral Interino do Brasil, Marcos Romero – Entrevistadora: Marilena.

Data: 23/05/1963 e 05/12/1963

Sumário: Sem gravação

Nº: 63

Título: Entrevista (nº. 42) do Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, com o Dr. José Leal Prado, Professor de Bioquímica da Escola Paulista de Medicina.

Expositores: Governador Carlos Lacerda, José Leal Prado, professor de Bioquímica da Escola Paulista de Medicina.

Local: Estado da Guanabara.

Duração: 35 minutos.

Data: 04/12/1963

Sumário: Carlos Lacerda discorre, em entrevista, sobre problemas da cidade do Rio de Janeiro e sobre as soluções possíveis. Há uma discussão inicial sobre desapropriação de um terreno na praça da Bandeira para a construção de uma garagem. Depois a discussão passa para a construção de conjuntos habitacionais em terrenos desapropriados e obras viárias. Falam sobre a construção de uma escola próxima ao conjunto habitacional e sobre a participação da SURSAN nas obras do estado. Lacerda diz que o estado poderia fazer as obras sem que houvesse aumento das despesas e explica o planejamento de execução das obras de acordo com o orçamento do estado. Voltam a discutir a desapropriação de terrenos para a execução de obras. E passam a debater o orçamento disponível para a realização das mesmas. Lacerda fala que a construção dos conjuntos habitacionais seria feita em parceria com o Banco Nacional de Habitação.

Temas: SURSAN, obras, Banco Nacional da Habitação.

Nº: 136

Título: Entrevista com o Dr. Alim Pedro - Moradores perguntam a alguns entrevistados a respeito de uma exposição organizada sobre o bairro de Bangu

Expositores: Entrevistador, Dr. Alim Pedro, morador, dona Conceição, chefe do 17ª Região Administrativa

Local: Bangu, Rio de Janeiro

Duração: 5 minutos.

Entrevista no Estande de Ciências.

Entrevista sobre uma feira de ciências Expositores: Entrevistador e a diretora de Divisão de Educação da 17ª R. A, Assíria Silveira.

Local: Bangu, Rio de Janeiro.

Duração: 2 minutos.

Entrevista de D. Assíria.

Discurso da diretora da 17ª Região Administrativa na qual elogia o colégio Tomé de Souza, seus alunos e professores e as Forças Armadas.

Expositores: D. Assíria, diretora da 17ª Região Administrativa.

Local: Senador Camará, Rio de Janeiro Duração: 5 minutos.

Show dos Cadetes

Discurso sobre a rotina da Aeronáutica, finalizado com apresentação de show dos cadetes da instituição.

Expositores: Oficial da Aeronáutica.

Local: Senador Camará, Rio de Janeiro Duração: 7 minutos.

Data: [1964/1965]

Sumário: Um morador de Bangu pergunta ao entrevistado a respeito da exposição sobre Bangu. O entrevistado responde que a exposição mostrava que havia um verdadeiro entendimento entre alunos e professores, e que os estudantes tinham interesse no que estavam estudando. Considera que a exposição mostrava a grandeza do bairro, da Guanabara, e do Brasil. O entrevistador pergunta a opinião do dr. Alim Pedro sobre as Forças Armadas. O entrevistado responde que pelo interesse que a exposição vinha despertando nos jovens, ela merecia o entusiasmo da população. Segue entrevista com a chefe de Distrito da 17ª Região, dona Conceição. O repórter pergunta o que ela achava do ginásio industrial Tomé de Souza. Ela responde que o ginásio era um orgulho da 17ª Região administrativa. Elogia os alunos, os professores e a diretora do ginásio. O repórter pergunta qual a parte mais interessante da exposição. Ela destaca a parte de ciências, das Forças Armadas e do Bangu Atlético Clube.

Observação de uma rã e um sapo, explicação sobre as diferenças entre os dois animais. Anúncio de uma apresentação da Escola da Aeronáutica, que faria um show, um número de mágica e uma apresentação de cama elástica. Pergunta sobre como a diretora de Divisão de Educação da 17ª R. A, Assíria Silveira, via a exposição. Ela se diz muito feliz, por ver o sucesso da exposição que organizara. D. Assíria responde à pergunta se iria deixar Bangu, dizendo que sim, que estava aposentada, mas assumira um cargo comissionado e com a mudança de governo seria exonerada. Mas se sentia feliz por haver trabalhado 30 anos em Bangu. O repórter (aluno da escola Tomé de Souza), pergunta a opinião da entrevistada sobre o ginásio Tomé de Souza. Ela responde que o ginásio tinha levantado Senador Camará, diz que a instituição era o coração de Senador Camará. Faz elogios aos estudantes, à diretora e às professoras do ginásio. Elogia, ainda, as Forças Armadas e convida o repórter a ver o show de cadetes da Aeronáutica.

Um oficial da Aeronáutica fala sobre a rotina de estudos e de treinamentos na Escola da Aeronáutica. Apresentação musical dos cadetes da Aeronáutica.

Temas: Bangu, Forças Armadas, exposição, jovens, entusiasmo.
Exposição, ciências, mágica, cama elástica.
Ginásio, corpo docente, Forças Armadas.
Cadetes, Aeronáutica, show musical.

Nº: 137

Título: Entrevista com o Dr. Valente.

Expositores: Entrevistador e Antônio Guedes Valente, diretor imobiliário da Fábrica Bangu.

Local: Bangu, Rio de Janeiro.

Duração: 11 minutos.

Entrevista com o Senhor Oscar e D. Lucrécia.

Entrevista com operário da fábrica Bangu e sua esposa sobre as lembranças que guardavam do bairro de Bangu e da fábrica de mesmo nome.

Expositores: Entrevistador, Oscar e sua esposa Lucrécia, moradores do bairro de Bangu.

Local: Bangu, Rio de Janeiro.

Duração: 09 minutos.

Data: [1964/1965]

Sumário: Entrevista sobre a fábrica Bangu, exposição sobre o bairro e doação de terreno para construção de escola. O entrevistador pede a Antônio Guedes Valente, diretor imobiliário da Fábrica Bangu, que falasse sobre uma coisa do passado e uma coisa do presente de Bangu. Ele responde que Bangu inicialmente fora uma terra doada pela Coroa portuguesa para uma família, que depois deixou que as terras fossem ocupadas por posseiros e eles, posteriormente, regularizaram a posse das terras nos cartórios. Conta que Bangu se transformara, que havia participado da urbanização do bairro e sempre colaborara com o poder municipal. Fala sobre a exposição Rio Antigo e Rio Moderno que ocorreria em Bangu. Comenta que o Bangu moderno, as pessoas já conheciam, o interessante seria ver o Bangu antigo. Deseja que a exposição obtivesse sucesso. O entrevistador pergunta sobre a doação de um terreno da Fábrica Bangu para a construção de uma escola estadual. O entrevistado diz que era comum a fábrica doar terrenos para o poder público, para a construção de escolas, hospitais e outras construções. O repórter agradece a entrevista e elogia as iniciativas da Fábrica Bangu em benefício do bairro.

O entrevistado, Oscar, tem 82 anos e foi o primeiro operário da Fábrica Bangu. O entrevistador pede que ele fale um pouco sobre isso. Ele conta que havia entrado para a fábrica no dia 02/04/1894 e trabalhado lá durante 65 anos. Diz que estava aposentado há cinco anos e que morava gratuitamente em uma casa da fábrica e que era o morador mais antigo do bairro. Dona Lucrécia, mulher de Oscar, também é entrevistada. O entrevistador pergunta sobre uma boa lembrança que ela teria do bairro. Ela diz que viu o bairro crescer, viu a construção da igreja, casara-se no bairro. O entrevistador pergunta sobre os bailes em Bangu. Oscar diz que dançava muito nos bailes de sábado, no clube. Comenta que criara os seus 9 filhos, sete mulheres e dois homens, no Bangu Atlético Clube, e que seus filhos frequentaram o clube até casarem. Conta, ainda, que participava da banda de música do clube. Pergunta do aluno do colégio Tomé de Souza, que acompanha o entrevistador, para a dona Lucrécia. Ele pergunta se ela tinha alguma lembrança da construção da estrada de ferro no bairro. Ela responde que quando chegou ao Brasil, aos 13 anos, proveniente da Itália, a estrada de ferro já estava construída. Ele então pergunta se ela tinha visto algo interessante na estrada de ferro. Ela responde que o que tinha visto de interessante fora a mudança da Maria Fumaça para a eletricidade. Oscar termina a entrevista dando conselhos à juventude, para serem responsáveis e respeitarem a família, os amigos, os companheiros de trabalho, o chefe.

Temas: Fábrica Bangu, exposição, escola, posse, terrenos.
Memórias do bairro, estrada de ferro, Bangu Atlético Clube.

Nº: 144

Título: Entrevista com o Prefeito Marcos Tamoyo no Clube dos Repórteres Estrangeiros.



Expositores: Repórter e prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Data: 21/05/1975

Sumário: Entrevista de Marcos Tamoyo na qual comenta sobre os pontos positivos e os negativos da cidade do Rio de Janeiro. O entrevistador apresenta Marcos Tamoyo como engenheiro responsável por obras como os túneis Santa Bárbara, Barata Ribeiro e Rebouças. Fala da fusão dos dois estados fundando o novo estado do Rio de Janeiro e o município do Rio. Menciona a história do Rio de Janeiro, a invasão dos franceses, a fundação da cidade em 1564. Faz elogios à cidade que tinha trabalho e lazer, característica rara das cidades. Conta que era o segundo município no Brasil, capital do turismo. Comenta que o presidente tinha escolhido o Rio para receber o Congresso da ASTA, porque o Rio era a porta de entrada do turismo no Brasil. O prefeito abre, então, a "conversa". São estabelecidas as Regras do Jogo de Perguntas" - Caso seja confidencial, eles se comprometem a não publicar. Marcos Tamoyo diz que o carioca legítimo era muito difícil, característica da diversidade de pessoas que a cidade abrigava. Mas, ele ressalta que era carioca legítimo e, além disso, considerava o forasteiro como uma pessoa voraz que arriscava e que produzia mais. Para Marcos Tamoyo "carioca é aquele que vem e fica". Aponta que um dos maiores problemas do Rio era o transporte de massa. Acredita que o transporte era um dos fatores para o desenvolvimento da cidade. Considera Paris como a cidade mais bem dotada de serviços urbanos, pois tinha o "trinômio perfeito": trem, metrô e ônibus. Afirma que utilizar a Baía de Guanabara para auxiliar no transporte era fundamental. Comenta que o Rio precisava aperfeiçoar seus meios de transportes de massa (trem, metrô, ônibus e transportes marítimos).Sobre a questão do ensino, o prefeito comenta o pioneirismo do Rio na implementação do ensino obrigatório, que previa a penalização para os pais que não matriculassem seus filhos na escola. O prefeito ressalta que o maior problema do Rio estava relacionado ao transporte, pois cada vez mais se construíam prédios com mais andares e seria preciso atender às demandas da população. Marcos Tamoyo diz que Copacabana, por exemplo, era terrível. De 1930 a 1945 havia prédios de 4, 8, 12, 16, 18 andares na mesma rua. Comenta, ainda, que o Rio era uma das cidades com maior crescimento no mundo, que a cidade crescia 5,5% ao ano, uma Petrópolis ao ano. Ressalta que o problema do transporte provocava a aglomeração excessiva de população em algumas áreas e baixa densidade demográfica em outras, como a Barra, que poderia abrigar 3 milhões de habitantes. O prefeito ainda comenta sobre a parte da cidade menos desenvolvida, a favela. Diz que era um área que deveria ser atacada pela educação. Reclama da falta de mão de obra. Além disso, comenta sobre o Censo Escolar, que localizara as crianças para que se investisse em Educação. Diz que estava construindo as escolas de acordo com a proporção de crianças da região. Atribui alguns problemas da cidade à colonização portuguesa, que, segundo ele, se comparada à espanhola, foi pobre.

Temas: Turismo, carioca, transporte de massa, ensino, densidade demográfica, censo escolar, obrigatoriedade escolar.

Nº: 147

Título: Entrevista Coletiva do Prefeito Marcos Tamoyo no Gabinete do Palácio da Cidade.

Entrevista em que o prefeito.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Data: 29/12/1975

31/12/1975

Sumário: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo ao jornal *Última Hora*, tratando de vários temas: lazer, educação, orçamento, turismo, iluminação. Marcos Tamoyo diz que Faria Lima tinha começado a organizar a gestão do Estado. Fala que o Congresso da ASTA trouxera benefícios para a cidade. Comenta que a Rede de Iluminação Pública crescera, pois desde junho já tinham trocado 30 mil lâmpadas de mercúrio e tinham feito a iluminação de monumentos. Quanto à COMLURB, afirma o prefeito, por medida de aumento de capacidade de transporte, com 50 unidades novas, tinha melhorado a limpeza da cidade. Fala que tiraram a coleta noturna e ficaram somente com a diurna, o que ocasionou uma maior produção. Diz que varrer mais à noite aumentava o aspecto de limpeza da cidade e dava maior rendimento. Conta que a Secretaria havia passado para o município, em julho daquele ano, e, em setembro, já tinha implementado três medidas importantes desenvolvidas pela administração: o Censo Escolar, o Congresso da ASTA e as medidas tomadas com relação ao Edifício Garagem. Menciona que o déficit orçamentário era de Cr\$ 75 milhões de cruzeiros, resolvido com o estado por meio de acordos.

Comenta o balanço feito pelo prefeito em relação ao ano de 1975, que foi regular. Cita os encargos da Prefeitura: 36,4% Educação, 18,4% Saúde. Ressalta que o Município do Rio arcava sozinho com a Educação do 1º grau, num total de 55% do orçamento. Enfatiza a construção de 752 escolas e diz que 13 seriam entregues até março do ano seguinte, porém, 25 dependiam do acordo que assinaria com o BNH, e 7 seriam feitas com o financiamento do PREMEN. Afirma que no fim de 1976, a Rede Escolar contaria com 797 escolas do Município, diz que São Paulo deveria ter entre 200 e 300 escolas. Ressalta que a Rede Hospitalar representava outro encargo pesadíssimo, pois o Rio tinha a maior Rede Municipal de Saúde do Brasil, contando com 16 unidades hospitalares e 38 unidades preventivas. Conta que o Rio possuía quatro grandes hospitais de Pronto Socorro: Miguel Couto, Souza Aguiar, Paulino Verneck e Salgado Filho. Diz que o orçamento tinha sido insuficiente, pois esses setores precisavam de melhorias. Comenta que um empréstimo de 1 bilhão e 100 cruzeiros seria discutido com a Caixa Econômica. Destaca que o ano de 1977 era um ponto de interrogação, pois não haveria possibilidade de contrair empréstimos. Compara o Rio de Janeiro a uma mulher bonita, que vivia de renda, insuficiente para seu sustento. Faz a sugestão de que os 55% que o município dedicava à saúde e à educação deveriam ser objeto de análise para que houvesse um subsídio. E finaliza: "É apenas um palpite pois sou apenas o executor da fusão". Afirma que a fusão enfrentaria seu ano chave em 1977. Menciona que nos 6 meses de administração tinham sido 2 mil e 50 licitações públicas (que englobava a tomada de preços e a concorrência pública). Diz que a mais barata tinha sido a da regulamentação das garagens e a mais cara a da urbanização da Lagoa. Comenta que a administração municipal consistia em arrumação da casa. Diz que a muralha do cais deveria ser feita na Lagoa, mas só seria feita no ano seguinte. Comenta o projeto de lazer: área verde e área de embarcadouro e que não precisaria ser sócio para encostar o barco. Fala da pista de bicicleta e do IPLAN-RIO que constituíam melhorias para o estado com benefícios indiretos para o município, que era o caso do Metrô. Diz que a Fundação de Terminais Municipais era quem iria gerir os estacionamentos de rua. Denuncia desvio no estacionamento de rua. Ressalta que só seriam realizadas as obras se saísse o empréstimo, dinheiro emprestado a ser pago com juros e correção por outra administração. Afirma que o ano de 1976 seria brilhante, caso saísse o empréstimo de 1 bilhão e 100. Fala que atingiria o limite de endividamento e que sua sugestão era que houvesse divisão do orçamento com os governos estadual e federal.

Temas: Lazer, educação, orçamento, turismo, iluminação, metrô.

Nº: 148

Título: Entrevista Coletiva do Prefeito Marcos Tamoyo sobre Assinatura do Decreto de Obrigatoriedade Escolar, no Palácio da Cidade.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo

Local: Rio de Janeiro - RJ

Data: 02/01/1976

Sumário: O prefeito afirma que em junho a Secretária de Educação havia recebido sua tarefa no município, e que em setembro desenvolvera o Censo Escolar. Fala que a obrigatoriedade referia-se aos alunos de 7 a 14 anos, mas o município abrangeria os menores de 7 anos e os maiores de 14 considerados analfabetos. Diz que o município tinha 656.320 matrículas, 30.333 matrículas novas (4-6 anos) e 59.076 matrículas novas (7-14 anos). Assinala que em 02/01/1976 a rede escolar comportava 745.729 alunos e que do dia 24 a 28 de fevereiro seriam reabertas as matrículas, pois tinham sobrado 60.866 vagas. Fala que o Censo divulgara que 4.974 crianças (7-14 anos) não encontravam escolas a menos de 3 Km das suas casas. Afirma que a bolsa de obrigatoriedade escolar para crianças que moravam longe das escolas permitiria que elas estudassem em escolas particulares próximas às suas casas e que essa medida custaria Cr\$ 900,00 por ano. Comenta que teses afirmavam que as crianças na faixa até 6 anos eram mais receptivas ao aprendizado inicial, fase considerada pela ciência moderna como a mais importante para que ela se sensibilizasse pelos conhecimentos. Ressalta que iniciar a criança com 7 anos na escola aumentava o índice de reprovação e que, por conta disso, a Prefeitura tinha adotado a fase pré-escolar. Menciona que estavam matriculadas 40.417 crianças, das quais 10.084 estavam no jardim, e 33.333 novas matrículas tinham sido feitas, mesmo assim houve sobras de crianças sem escola próxima. Fala que além disso, a Prefeitura também instituíra a bolsa para o pré-escolar. Diz que os maiores de 15 anos seriam atendidos pelo MOBREAL. E que o Rio de Janeiro tinha 139.067 analfabetos (relacionados pelo Censo com nome e endereço.). Destaca que pretendia recuperar 70 mil, pois não havia condições de abarcar a todos. Conta, ainda, que não era só um programa do município, o estado também enfrentaria a mesma



situação e que para melhoria da qualidade do ensino seria preciso, também, aumentar o salário das professoras.

Temas: MOBRAL, analfabetismo, bolsa de obrigatoriedade escolar, estatísticas de ensino

Nº: 151

Título: Entrevista Coletiva com o Prefeito Marcos Tamoyo sobre o Carnaval de 1976, no Palácio da Cidade.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Palácio da Cidade- Botafogo - Rio de Janeiro - RJ.

Data: 03/03/1976

Sumário: O prefeito diz que tudo que fora feito no Carnaval obtivera o consentimento das escolas de samba. Fala que o número de escolas deveria diminuir de 14 para 10 em 2 anos, porque 10 seria o número ideal. Comenta que era desnecessário o sigilo sobre o nome dos jurados. Fala que sortearam um novo grupo de jurados depois que o nome dos anteriores foi divulgado pela imprensa, 48 horas antes dos desfiles. Menciona que fora feito um novo sorteio para escolher 27 jurados, mas tinham sido escolhidos apenas 24 jurados, porque 3 dos sorteados faltaram ao sorteio. Destaca que eram 14 horas de desfile, 14 escolas e 72 minutos por escola. Comenta que as escolas de samba não tinham reclamado, mas isso não significava que estivessem satisfeitas. O repórter fala que o rádio dera duas notícias, uma era o protesto formal da Associação das Escolas de Samba, com relação ao problema do julgamento, da falta de juízes; a segunda seria uma possível dissolução do *staff* da RIOTUR. O prefeito nega que tivesse recebido o protesto. O presidente do sindicato reclama que antes dos 650 metros oficiais havia arquibancadas, então as escolas tinham que começar a desfilar antes, para não serem vaiadas. Os repórteres afirmam que as pessoas que estavam no último setor não tinham visto o desfile, porque as escolas paravam de desfilar depois de passar pelos jurados. O prefeito diz-se satisfeito, pois não tinha acontecido nenhuma confusão. O repórter elogia e fala que pela primeira vez não tinha havido violência contra a imprensa, mas reclama da falta de credenciais para alguns jornais e rádios de São Paulo. O prefeito conta que recebera elogios de todas as televisões, que a cabine da imprensa recebera máquina de escrever, ventilador e alimentação, e que a pista não tivera muitos penetras. Destaca, ainda que a COMLURB havia limpadado a pista rapidamente. O prefeito comenta que achava exagerado o sigilo sobre o nome dos jurados. “Se há um contratempo, as escolas não desfilam, há uma revolução no país, por isso não poderia haver tantos problemas na divulgação do nome dos jurados. Se o jurado era escolhido é porque ele era confiável, se o nome dele saísse na imprensa deveria continuar sendo confiável. O prefeito defende que o nome dos jurados deveria ser divulgado um mês antes da realização do desfile. Fala que pretendia analisar os relatórios antes de avaliar quais poderiam ser as mudanças para o próximo carnaval. O repórter pergunta se o desfile muito longo havia cansado os turistas. O prefeito responde que a culpa fora do número de escolas excessivo. Passa-se à discussão sobre a cadeira cativa de Ismael Silva. Dizem que ele precisava ter um ingresso, não tinha uma cadeira com o nome Ismael Silva. O prefeito afirma que o Baile do Canecão fora um sucesso, não ocorreram brigas, tinha sido melhor do que o do ano anterior. Fala que samba era igual a futebol, quem gosta joga em qualquer lugar. Por isso, o baile iria continuar a ser no canecão. Comenta que a Barra da Tijuca tinha um código de obra, baseado no Plano de Lúcio Costa, que já se consolidara. Diz que o Plano Urbanístico Básico do Rio de Janeiro seria a próxima meta e que estava em elaboração o cadastro da cidade. Seriam elaborada uma pesquisa de dados e, a partir daí, seria feito o PUB do Rio de Janeiro. Voltando ao carnaval, diz que nenhum carnaval dera lucro e que não sabia calcular quanto fora gasto. Afirma, ainda, que não sabia quando iria decidir sobre sua filiação partidária.

Temas: Carnaval, turistas, escolas de samba, jurados

Nº: 152

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoio a Jacinto de Thormes sobre a Tarifa do Lixo – TV Tupi.

Entrevista do Prefeito Marcos Tamoio a Amaral Neto sobre a Tarifa do Lixo – TV Globo.

Entrevista do Prefeito Marcos Tamoio a Rubens do Amaral sobre a Tarifa do Lixo – TVE.

Entrevistadores: Jacinto de Thormes (TV Tupi), Amaral Neto (TV Globo), Rubens Amaral (TVE).)

Local: Rio de Janeiro, RJ



Data: 03/1976

Sumário: Entrevista do prefeito Marcos Tamoyo aos repórteres de TV sobre a polêmica gerada em torno da criação da cobrança da taxa de lixo. Ibrahim Sued alimenta a discussão nos jornais dizendo que se recusava a pagar a nova taxa. O prefeito Marcos Tamoyo explica que a taxa de lixo fora criada pelo governador do então estado da Guanabara, Chagas Freitas, em 1972, que enviara uma mensagem à Assembleia Legislativa pedindo que a coleta de lixo fosse excluída da Taxa de Serviços Gerais. Ele explica, também, a diferença entre taxa e tributo, afirma que a cobrança era feita apenas nas localidades onde a COMLURB prestava serviços. Relata que a COMLURB era uma sociedade de economia mista da qual a Prefeitura era a maior acionista, e divulga inúmeras estatísticas sobre a empresa. Afirma a importância da cobrança da taxa para que a cidade permanecesse limpa.

Temas: Coleta de lixo, aterro sanitário, industrialização do lixo, importância da cobrança da taxa.

Nº: 153

Título: Pronunciamento na Assembleia Legislativa – Deputado V. James – Tarifa do Lixo.

Entrevista do Prefeito Marcos Tamoio a Amaral Neto sobre a Tarifa do Lixo – TV Globo.

Entrevista do Prefeito Marcos Tamoio a Rubens do Amaral sobre a Tarifa do Lixo – TVE.

Pronunciamento do Deputado Vitorino James na Assembleia Legislativa a Favor da Cobrança da Taxa de Lixo.

Pronunciamento: Deputado Vitorino James.

Local: Rio de Janeiro, RJ, Assembleia Legislativa.

Data: 03/1976

Sumário: O deputado Vitorino James, filiado à ARENA, diz que a mensagem do governador Chagas Freitas à Assembleia tinha mudado a lei e implementara a cobrança da taxa de lixo, e que não havia cobrança antes. Menciona que o governador Faria Lima, através do Decreto-lei nº 102, de 15/05/1975, havia criado a COMLURB, sucessora da CELURB. Segundo ele, não ocorria o episódio da bitributação, como muitos afirmavam, porque a nova taxa fora separada daquela cobrada por serviços diversos. Ele conta da revolta dele e de Chagas Freitas ao passear pelo Rio, devido à constatação de que havia extrema quantidade de lixo espalhada pelas ruas. Explica que para dar uma dimensão turística à cidade seria necessário que a cobrança fosse feita para que o recolhimento se concretizasse de uma forma eficiente. Reclama que a queima do lixo no Rio era uma das maiores causas da poluição do ar. Ressalta que a taxa do lixo deveria ser cobrada para que a utilização de incineradores acabasse na cidade do Rio de Janeiro. É interpelado pelo deputado Átila Nunes que diz que eram contraditórias as afirmações do prefeito e as do presidente da COMLURB, causando confusão.

Temas: Decretos de cobrança de taxa de lixo, aterro sanitário, poluição, turismo.

Nº: 160

Título: Prefeito Marcos Tamoyo Concede Entrevista ao Povo de Santa Cruz.

Expositores: prefeito marcos Tamoyo e moradores

Local: Santa Cruz - Rio de Janeiro, RJ.

Data: 29/07/1976

Sumário: Prefeito Marcos Tamoyo dialoga com os moradores de Santa Cruz sobre os problemas da região.

A Prefeitura itinerante de Marcos Tamoyo visita Santa Cruz e dialoga com os moradores que solicitam melhorias urbanas para a região. Pedem a construção de viaduto sobre a linha férrea e o prefeito responde afirmativamente ao pedido, dizendo que Santa Cruz fora escolhida como a primeira de uma série de regiões administrativas, distantes do Centro do Rio de Janeiro, a serem visitadas, e que a razão da escolha residia no fato de que Santa Cruz era a região administrativa mais longe do Rio de Janeiro e a mais peculiar. Afirma que Santa Cruz era “um Oásis das regiões administrativas.”

Temas: Melhorias urbanas, construção de viadutos, de rede fluvial, pavimentação etc.



Nº: 161

Título: Entrevista Coletiva do Prefeito Marcos Tamoyo no Palácio da Cidade.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Data: 30/07/1976

Sumário: O prefeito Marcos Tamoyo fala sobre um tema polêmico: a iniciativa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de vender a área que possuía na praia do Arpoador. No dia 01/07/1976, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos colocou em concorrência pública a área no Arpoador que media aproximadamente 2.900m². A empresa pedia pela área 100 milhões de cruzeiros à vista. O prefeito Marcos Tamoyo afirma que não teve nenhum conhecimento prévio da concorrência, a não ser a publicação da própria concorrência. Disse, ainda, que a Prefeitura, por considerar o local patrimônio da cidade resolvera baixar um decreto declarando área *non aedificandi*.

Temas: Arpoador, área de domínio público.

Nº: 164

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo - Programa Depoimento - TVE.

Expositores: Marcos Tamoyo

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Data: 11/08/1976

Sumário: Marcos Tamoyo concede entrevista à TVE abordando vários temas: educação, urbanização e saneamento. Afirma que não havia falta de escolas na cidade, e sim de 5 mil professores, e que fora criada uma bolsa, para os alunos que não contavam com uma escola pública a menos de 3Km de sua casa, em escolas particulares. Manifesta preocupação com a ocupação do solo urbano, dizendo que gostaria de evitar que a Barra da Tijuca se tornasse uma nova Copacabana e que no Arpoador a proibição de edificar tinha o objetivo de preservar o local para o lazer. Revela que a rede hospitalar municipal tinha 16 unidades, que o hospital Miguel Couto tinha sido reformado e que foram contratados mais funcionários. Relata que o hospital Salgado Filho deveria ser inaugurado em 1977 e que o Souza Aguiar e o Paulino Werneck estavam passando por reformas. Ressalta, ainda, que esses 4 hospitais eram pronto-socorros e o INPS ajudava com 8% do orçamento da saúde. Explica que não poderia modificar os salários baixos dos médicos, pois estavam atrelados ao salário dos médicos estaduais.

Temas: Educação, saúde, gabarito, saneamento, poluição, Jardim Zoológico.

Nº: 174

Título: Programa Paulo Giovanni Show - Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo com a Deputada Sandra Cavalcante

Expositores: Marcos Tamoyo, repórter e Sandra Cavalcante

Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 15 minutos

Data: 20/09/1976

Sumário: Debate sobre a inconstitucionalidade ou não da taxa de lixo. O repórter menciona que a deputada Sandra Cavalcante havia apresentado na Assembleia um projeto para acabar com a tarifa do lixo, que fora aprovado em primeira instância. Pergunta o que o prefeito poderia dizer a respeito desse projeto? Marcos Tamoyo responde que a decisão da Assembleia não tinha efeito suspensivo em relação à cobrança da tarifa do lixo. Por isso, o carioca deveria continuar pagando a tarifa normalmente. O repórter então pergunta se a tarifa continuaria a ser cobrada mesmo com a decisão da Assembleia. Marcos Tamoyo responde que sim, continuaria sendo cobrada normalmente. O repórter pergunta à Sandra Cavalcante se depois de ouvir as declarações do prefeito, ela achava que a tarifa cairia ou não? Sandra Cavalcante retruca que já caíra, por decisão da Assembleia, que era o Poder Legislativo do estado. O

repórter pergunta porque o prefeito afirmava que a tarifa continuaria sendo cobrada? Sandra Cavalcante diz que ele estava fazendo o seu papel, de se defender, mas deveria ter mais humildade e reconhecer que errara ao instituir a tarifa. O repórter pergunta o que faltava para a tarifa ser definitivamente extinta? Sandra responde que a Assembleia tinha 10 dias para promulgar a lei, e iria fazer isto. E o prefeito teria que recorrer ao STF para manter a cobrança, o que deveria ter sido feito desde o início. O repórter pergunta o que poderia acontecer se a Prefeitura continuasse a cobrar a tarifa? Sandra Cavalcante responde que isto não deveria acontecer, pois o prefeito não poderia criar uma tarifa sem um poder representativo do município. O repórter insiste e formula a questão: como ficaria a situação de quem já havia pago a tarifa? Sandra Cavalcante explica que se o Judiciário considerasse que a cobrança era ilegal, a Prefeitura teria que devolver o dinheiro a quem já pagara.

Temas: Tarifa de lixo, Assembleia Legislativa, lei

Nº: 175

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo ao JB

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo

Local: Rio de Janeiro - RJ

Data: 22/09/1976

Sumário: O prefeito Marcos Tamoyo fala sobre diversos assuntos relacionados à cidade. Diz que o Rio estava fazendo "vestibular para ser município" devido à recente fusão. Mas considera que terminada a fusão, o Rio iria ser o segundo município da Federação. O prefeito diz que se gastava mais com o município do Rio do que com o antigo estado da Guanabara, porque a cidade crescera e se desenvolvera mais rapidamente. Por isso, tinha sido necessário o endividamento, nos dois primeiros anos, de mais de um bilhão de cruzeiros. Conta que a Prefeitura iria receber mais verbas do governo estadual no ano seguinte. O prefeito explica que tentaria pagar a dívida do município. Fala que iria criar fundos extraorçamentários para ter mais verbas para educação, saúde, transportes. Comenta que pretendia criar terminais de ônibus nos bairros do Rio de Janeiro. Segundo o prefeito, o município era a organização oficial mais próxima do homem, e por isso deveria ser fortalecido. Elogia a máquina administrativa do município do Rio de Janeiro como exemplar para o Brasil. Afirma que a Prefeitura não escolhera suas atribuições, que elas foram decididas antes da fusão. O prefeito não sabe o número de funcionários públicos municipais, por isso aguardava o resultado do censo. Diz, ainda, que sem empréstimo o município não teria condições de fazer investimentos e que se não houvesse fortalecimento do município haveria piora na qualidade de vida da população. Destaca que a fusão tinha aumentado os gastos, então seria necessário aumentar os recursos. De acordo com o prefeito a infraestrutura da cidade do Rio de Janeiro era melhor do que a da cidade de São Paulo. Diz que não iria criar mais impostos. Comenta que o Plano Urbanístico do Rio seria feito a seis mãos, governo federal, estadual e a Prefeitura. Fala que Copacabana poderia não ter os problemas atuais, se houvesse um planejamento anterior. Ele defende o equilíbrio entre a urbanização e a preservação da natureza. Ressalta que o Rio estava atrasado em lazer e diz que iria investir nessa área, em quadras de esportes e em quadras de escola de samba. Menciona que considerava negativo o lazer contemplativo. Fala que o Plano Urbanístico da Barra tinha muitas áreas de lazer e que a nova lei de gabaritos, diminuindo o tamanho dos edifícios, ajudava a preservar a paisagem da cidade. Considera que não tinham acontecido problemas com as bolsas de estudo e que 270 colégios apresentaram faturas, delas, apenas 30 faturas estavam erradas e foram devolvidas aos colégios, que reconheceram o erro. O prefeito diz que a fiscalização funcionou e que não havia problemas com as bolsas de estudo. Comenta que não pensava em mudar o local dos desfiles das escola de samba e que as arquibancadas só iriam ser montadas nos 600 metros da pista oficial. Fala que a Feira da Providência não seria mais realizada na Lagoa, no ano de 1978, porque a área estaria urbanizada. O Prefeito sugere o pavilhão de São Cristóvão para a realização da feira.

Temas: Lazer, Plano Urbanístico, bolsas de estudo, Feira da Providência, fusão, escola de samba

Nº: 184

Título: Entrevista do Prefeito à Imprensa, quando do Convite ao ex-Prefeito de Petrópolis, Caldaro, para Assessorá-lo no Rio de Janeiro.

Expositores: Repórter e prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro, RJ.



Data: 18/10/1976

Sumário: Marcos Tamoyo convida o ex-Prefeito de Petrópolis e quer saber se ele aceitaria o convite para compor a sua equipe, devido à sua experiência. O prefeito fala que estava adotando no Rio uma política mais próxima, indo aos bairros, porque era impossível ir de casa em casa. A ideia tinha por objetivo fazer com que o povo acreditasse na administração. O repórter pergunta se passadas as eleições, as visitas iriam continuar. Marcos Tamoyo afirma que sim. À pergunta sobre se o estacionamento cobrado nas ruas era atribuição da Prefeitura, responde que a cobrança era feita pela CEDERJ. Questiona o que os jornalistas haviam publicado, afirmando que não dissera que a Arena iria ganhar, mas que iria melhorar em relação ao que era antes.

Temas: Administração, itinerante, eleições, Arena.

Nº: 193

Título: Prefeito Marcos Tamoyo concede entrevista sobre o IBOPE.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo.)

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Data: 27/09/1976

Sumário: O prefeito Marcos Tamoyo fala sobre eleições, papel do administrador da cidade e sobre acusação de que havia chamado paulistas de gringos. O prefeito Marcos Tamoyo responde a várias questões colocadas sobre o papel dos vereadores e dos prefeitos na administração das cidades, dizendo que o povo não deveria votar em legendas mas em quem conhecesse os problemas locais. Refuta a acusação de que chamara pejorativamente paulistas de gringos, afirmando que o fizera no sentido de eles serem como os americanos, terem dinheiro para gastar.

Temas: Turismo paulista no Rio de Janeiro, administração da cidade.

Nº: 194

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo na TVE.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Data: 29/10/1976

Sumário: O prefeito Marcos Tamoyo fala sobre temas variados: iluminação, cultura popular e erudita, sobre a importância das visitas do prefeito às regiões administrativas. Assinala que o administrador deveria estar próximo da população, por isso fazia visitas às regiões administrativas e atendia os pedidos da população com alegria. Relaciona as solicitações mais frequentes nas visitas: policiamento, transporte coletivo, asfaltamento, iluminação de ruas e água. Diz que a Prefeitura tinha um bilhão em caixa, que pretendia transformar a Praça Floriano Peixoto em teatro da Prefeitura ao ar livre, com espetáculos de arte erudita. Sugere arte popular, ópera para a população em geral, dizendo que valorizava a arte popular, mas que a arte erudita também atraía a população. Ele também pensa em utilizar os Arcos da Lapa como cenário para apresentações de arte.

Temas: Solicitações populares, papel do prefeito, situação financeira da Prefeitura, cultura popular e erudita.

Nº: 203

Título: Prefeito Marcos Tamoyo Concede Entrevista à Rádio Globo sobre Áreas de Lazer, Bem-estar e Transporte coletivo.

Expositor: Prefeito Marcos Tamoyo

Local: Rio de Janeiro, RJ.

Data: 12/11/1976

Sumário: À pergunta do repórter sobre a qualidade de vida do carioca, Marcos Tamoyo fala das dificuldades que encontrou após a fusão, do fato de que a população urbana já era maior do que a rural, aumentando a densidade demográfica do Rio, e que embora a maior parte das riquezas fosse gerada nas cidades, seria preciso aumentar a produtividade. Acha que o crescimento populacional se refletia no transporte de massas, vendo como solução o metrô e a construção da Linha Vermelha. Fala da necessidade de educar o carioca para o lazer, já que o Rio contava com áreas naturais para isto.

Temas: Fusão, densidade demográfica, transporte de massa, ampliação da utilização das áreas naturais de lazer, metrô, Linha Vermelha

Nº: 205

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo no Programa Amaral Neto, O Repórter – na TV Globo – 2ª parte.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo e repórter Amaral Neto.

Data: 08/11/1976

Sumário: Sobre a administração do Rio de Janeiro o prefeito responde que embora a área geográfica da cidade fosse a mesma de antes da fusão, as atribuições da Prefeitura eram menores que as do antigo estado da Guanabara, porque as responsabilidades eram divididas com o governo do estado do Rio de Janeiro. Diz que quando as reclamações diziam respeito ao estado, repassava-as ao governador Faria Lima e esperava a cooperação dos vereadores para bem governar. Relata que já tinham sido atendidas aproximadamente 700 pessoas em suas visitas às regiões administrativas mais distantes do centro da cidade e que as principais solicitações dos moradores estavam relacionadas à segurança, ao transporte de massa e à água, todas de responsabilidade do governo estadual. Porém, vinham muitas solicitações de pavimentação e iluminação, que eram atribuições da Prefeitura.

Temas: Relação município-estado pós-fusão, transporte, pavimentação, iluminação

Nº: 208

Título: Prefeito Marcos Tamoyo Concede Entrevista à Imprensa sobre Eleições para Vereadores.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo e jornalistas.

Local: Rio de Janeiro, RJ.

Data: 18/11/1976

Sumário: Prefeito analisa o bom desempenho da Arena nas eleições municipais para vereador e atribui o bom resultado ao empenho em caráter nacional do presidente Geisel a favor do partido. Afirma que também a qualidade dos candidatos favorecera a vitória, assim como a razão da administração municipal que tinha procurado conscientizar a população de que a eleição para vereador pouco tinha a ver com problemas nacionais e internacionais. Diz que, como sempre afirmara, a eleição municipal era uma eleição coloquial. Informa que repetiu isto todas as vezes em que falou em público e nas 11 audiências públicas que fez, além de ter ido a todas as regiões administrativas do subúrbio ouvir e atender os moradores no que fosse possível. Convida os vereadores eleitos para conhecer a atuação da Prefeitura que, segundo suas palavras, não tinha similar nacional.

Temas: Eleições, ARENA, administração municipal coloquial

Nº: 209

Título: O Prefeito Marcos Tamoyo Concede Entrevista a Eurico Lira

Expositores: Eurico Lira

Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 40 minutos



Data: 18/11/1976 / 19/11/1976

Sumário: Discurso comentando o governo Tamoyo e enaltecendo sua gestão. Eurico Lira começa dizendo que ia falar o que o Tamoyo não tinha falado. Diz que Tamoyo foi sentir o problema das áreas e que a Arena teve votações expressivas. Afirma que a diferença do Tamoyo para outros políticos que visitaram aquela área era que ele fazia política sem fazer política. Comenta que as realizações do prefeito eram utilizadas pelos políticos. Ressalta que o prefeito nunca impedira ninguém do MDB de participar de suas visitas. Conta que o prefeito tinha entrado na luta para se queimar e que, se não fosse por ele, a Arena não teria eleito 4 candidatos. Fala que a Arena recebera no Rio a maior votação da sua história. Diz que, em 1966, a Arena recebera 27% dos votos, em 1970, 33%, em 1974, 26% e em 1976, 37%, um crescimento de 10% em relação a eleição anterior. Comenta que o prefeito havia falado em 20% porque estava sem os dados. Comenta que na Zona Oeste a votação da Arena crescera 140%. e que os dados mostravam a atuação do prefeito naquela região. Cita que na Zona Sul e na Tijuca a votação não crescera, o que demonstrava que o prefeito não tivera uma atuação destacada naqueles locais. Enfatiza que já no subúrbio e na zona rural a atuação do prefeito fora espantosa. Diz que ele tinha dado prioridade inicialmente às áreas mais longínquas e carentes, o que era perfeitamente lógico. Fala que a comunidade sabia que a visita do prefeito não iria acabar com os problemas da área separadamente, mas que a visita fazia com que o povo sentisse que as autoridades estavam ouvindo suas demandas. Comenta que o primeiro objetivo fora mostrar à população que o poder público estava começando a se interessar por ela e que o segundo tinha sido, através da excelente equipe de secretários que o Tamoyo reunira, equacionar os problemas a curto, médio e longo prazo. Destaca que os que puderam ser resolvidos a curto prazo o foram e que ainda existiam muitos que estavam sendo resolvidos. Lembra que havia um déficit de receita muito grande e que a população percebera que não era uma jogada política. Adianta que fazer política era uma tarefa nobre. Afirma que o prefeito propunha em seu programa de governo uma nova forma de administrar. Diz que as eleições estavam terminando, mas que o prefeito continuaria as visitas. Ressalta que os candidatos que se diziam representantes das comunidades continuavam acompanhando o prefeito, porém, sem fins eleitorais. Comenta que Tamoyo o surpreendera até como homem, porque poucas pessoas tiveram a capacidade que o prefeito tinha para governar. Sugere que o prefeito continuasse fazendo as visitas, e diz que os vereadores precisavam ter uma aula de Rio de Janeiro, para que pudessem fazer críticas e sugestões coerentes.

Temas: Eleições, Arena, visitas aos bairros, atendimento às reivindicações populares

Nº: 210

Título: O Prefeito Marcos Tamoyo Concede Entrevista a Eurico Lira sobre Eleições Coletivas, no Palácio da Cidade.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo e entrevistador da TVE.

Local: Rio de Janeiro, RJ.

Data: 19/11/1976

Sumário: O prefeito Marcos Tamoyo responde às perguntas do repórter sobre as condições precárias da cidade que criavam problemas para os habitantes. Perguntam a ele sobre: os temporais que alagavam a cidade e Tamoyo responde que os motivos encontravam-se nos aterramentos e eram históricos; os problemas decorrentes causados pelo fato de a oposição ser maioria na Câmara dos Vereadores, ele responde que não havia dificuldades, pois os vereadores queriam o melhor para a cidade; se a polêmica da cobrança da taxa de lixo havia causado dificuldades para a eleição de candidatos da ARENA e Tamoyo responde que não, pois a ARENA crescera 20% nas últimas eleições; quando seria providenciada a iluminação da praça Tiradentes, ele retruca já tinha sido realizada.

Temas: Eleições, alagamento das ruas, iluminação.

Nº: 212

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo ao JB (Cristina).

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo e repórteres.

Local: Rio de Janeiro, RJ.



Data: 30/12/1976

Sumário: Em uma entrevista coletiva, o prefeito Marcos Tamoyo responde à perguntas feitas pelos repórteres sobre várias questões: novo gabarito, proibição de escavação a fogo nas pedreiras, circulação de veículos, poluição sonora, precariedade das galerias fluviais, local definitivo para o desfile das escolas de samba, problemas causados à população por causa das obras do metrô, possibilidade de extinção do bonde de Santa Teresa, ausência de consulta à população sobre a denominação das ruas, ineficiência da COMLURB, apesar da taxa de lixo, falta de ornamentação pública para as festas de fim de ano.

Temas: Gabarito, tráfego, poluição sonora, galerias fluviais, Escolas de Samba, transporte, taxa do lixo.

Nº: 213

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo ao JB (Cristina).

Data: 30/12/1976

Sumário: Mesmo conteúdo da fita 212.

Nº: 214

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo a Elvira Bendorff, à Revista "Pipo e Bund", no Gabinete do Prefeito.

Expositor: Prefeito Marcos Tamoyo

Local: Rio de Janeiro, RJ.

Data: 03/02/1977

Sumário: Em francês.

Nº: 216

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo ao Programa Haroldo de Andrade, na Rádio Globo.

Expositores: Haroldo de Andrade e prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro, RJ.

Data: 04/01/1977

Sumário: Perguntas são feitas por Haroldo de Andrade ao prefeito Marcos Tamoyo sobre os recursos enviados por Reis Veloso a fundo perdido, sobre a dificuldade da população para entender o que se relacionava a cada nível da administração, sobre técnicas para evitar enchentes, sobre a inconveniência do "gelo baiano", sobre a falta de água em Sepetiba. Marcos Tamoyo elogia sua equipe e diz que era prefeito por vocação.

Temas: Falta de água, enchentes, "gelo baiano".

Nº: 218

Título: Tarifa de Lixo

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo

Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 30 minutos

Data: 16/02/1977

Sumário: Considerações a respeito das Leis referentes à tarifa do lixo. Marcos Tamoyo fala que com uma expressiva votação fora aprovada a medida que proibia a Assembleia Legislativa de vetar a Lei que tinha criado a Tarifa do Lixo e a Lei de sua autoria que a regulamentara. Diz que o Poder Municipal tinha sido o primeiro a aprovar, o poder estadual ratificara, o Judiciário estadual idem e o Supremo Tribunal Federal



havia sancionado. Afirma que a campanha contra a tarifa tinha sido como música ruim, não chegaria nem no outro carnaval, morreria antes, pois a letra era falsa, a melodia era sofrível. Continua dizendo que apenas 0,5% da população não havia pago a tarifa do lixo. Muda de assunto e diz que o Carnaval daquele ano não tivera mancadas e que as visitas às regiões administrativas começariam após o Carnaval.

Temas:

Tarifa de lixo, carnaval, regiões administrativas

Nº: 218

Título: Entrega de Convites aos Blocos Carnavalescos - Entrevista do Toureiro Espanhol El Cordobés

Expositores: Repórter e Marcos Tamoyo; toureiro espanhol

Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 30 minutos

Data: [1975/1979]

Sumário: Marcos Tamoyo diz como seriam distribuídos os convites de cortesia para os desfiles das Escolas de Samba. Conta ao repórter que a Prefeitura tinha reservado um setor com 2000 lugares para as famílias dos desfilantes; que no sábado, quando desfilariam os blocos carnavalescos, entregariam 2000 convites para os familiares; no domingo, quando desfilariam as Escolas de Samba do 1º Grupo, seriam distribuídos mais 2000 convites e na terça-feira, quando desfilariam as escolas vitoriosas do ano anterior, o desfile dos campeões, 2000 convites seriam divididos. Diz que, ao todo, iriam distribuir cerca de 8000 convites de cortesia, que seriam divididos entre os dias de desfile.

Temas: Carnaval, distribuição de convites

Nº: 219

Título: Prefeito Marcos Tamoyo Concede entrevista à TV Globo sobre a Repercussão do Carnaval e a Violência nesse Período.

Expositor: Prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro, RJ.

Data: 24/02/1977

Sumário: Primeiro decidem como seria a entrevista. Depois, Marcos Tamoyo diz: " Após o Carnaval de 1976, nós pedimos ao Itamaraty um relatório sobre a impressão que o Carnaval tinha deixado no exterior. Recebemos de volta um excelente relatório. Examinaram 170 matérias publicadas em 21 países no exterior. O Carnaval é um evento formador de uma opinião positiva sobre o Brasil. Ele comenta que nesse relatório havia um fato que tinha chamado a sua atenção, havia um destaque para os casos de violência e morte no Carnaval, mas que eram poucos.

Temas: Carnaval, imagem no exterior.

Nº: 220

Título: Prefeito Marcos Tamoyo Fala para o *Jornal do Brasil* e para o jornal *O Globo* sobre a Importância das Áreas de Lazer para a Cidade e seus Habitantes.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo e repórter.

Local: Rio de Janeiro, RJ.

Data: 24/02/1977

Sumário: Marcos Tamoyo diz que não existia uma área de lazer perfeita, mas que algumas características eram importantes como: sombra, iluminação à noite, além de infraestrutura, tais como sanitários e, se possível, instrutores de esporte e recreadores. Indagado, Marcos Tamoyo responde que as áreas de lazer eram importantes porque as pessoas se integravam a outras pessoas que faziam as mesmas atividades e que era impressionante como a população usufruía das áreas de lazer. Tamoyo diz que ainda havia muita

depredação, mas que confia na autoeducação das pessoas e esperava que a mídia fizesse uma campanha contra o vandalismo.

Temas: Lazer, depredação de bens públicos.

Nº: 221

Título: Prefeito Marcos Tamoyo Concede Entrevista à TV Globo

Lado B

Entrevista sobre o cálculo do IPTU e sobre pedido de renúncia do prefeito

Expositores: Repórter, prefeito Marcos Tamoyo

Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 10 minutos

Data: 04/03/1979

Sumário: O repórter pergunta sobre a base de cálculo do IPTU. O prefeito responde que o IPTU não tinha mudado, que a base de cálculo continuava sendo 0,8 % do valor venal do imóvel. Diz que houve uma reavaliação do valor venal dos imóveis e assegura que, se alguém considerasse que o valor calculado estava acima do valor do imóvel, poderia dirigir-se à Prefeitura, que o cálculo seria revisto. Ele diz que a reavaliação não tinha sido uniforme, algumas áreas valorizaram mais, outras menos. O repórter pergunta qual tinha sido o critério utilizado para a reavaliação. O prefeito cita como exemplo as áreas residenciais onde foram construídos prédios, como locais que foram desvalorizados. O repórter quer saber se áreas como Bangu e Campo Grande tiveram valorização. Tamoyo diz que estas áreas tinham sido menos valorizadas. O repórter indaga sobre as desapropriações feitas pelo metrô. O prefeito diz que preferia não falar sobre isso. O repórter informa ao prefeito que uma vereadora pedira a sua renúncia. O prefeito responde que já sabia disso, mas que não iria responder à vereadora.

Temas: IPTU, valorização de imóveis, renúncia

Nº: 222

Título: Prefeito Marcos Tamoyo Concede Entrevista à Imprensa no Palácio da Cidade sobre Prestação de Contas sobre Recursos Adquiridos e Investimentos Realizados para Melhorias na Cidade.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo e repórteres.

Local: Palácio da Cidade - Rio de Janeiro - RJ.

Data: 08/03/1977

Sumário: O prefeito Marcos Tamoyo marca entrevista para explicar como a Prefeitura havia utilizado os empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil, BNH, Caixa Econômica Federal, FUNDREM e Fundo Rodoviário. Assinala diz que até o dia 31 de março a população veria o resultado de 402 milhões investidos na cidade, nas áreas de saúde e cultura principalmente, mas também em obras viárias. Seriam inaugurados escola, hospital, centro médico, bibliotecas, túnel, viaduto e ruas seriam asfaltadas. Diz que a cidade tinha um deficit de 1 bilhão de cruzeiros, estava com a capacidade de endividamento esgotada e, por isso, estava pleiteando, junto ao ministro da Fazenda e ao ministro do Planejamento, dinheiro a fundo perdido. Ressalta que estava dentro da lei, que estabelecia um limite para endividamento. Nega ter aumentado o IPTU para fazer frente às dívidas. Responde à reclamação de turistas que vieram para o Carnaval e não encontraram hotéis de médio custo, apenas os de preço muito alto ou muito baratos. Responde à acusação de que os gastos da Prefeitura com o Carnaval tinham sido pequenos, falando sobre a cobertura dada à festa por um canal da França, que exibiu imagens e entrevista com o prefeito. Além da França, a Finlândia e um jornal japonês também haviam difundido as celebridades presentes, razão pela qual ele defendia o convite a personalidades. Diz, ainda, que o Sambódromo seria construído, assim que fossem desapropriados os imóveis da área.

Temas: Turismo, Carnaval, empréstimos, dívidas, Sambódromo, desapropriações, IPTU.



Nº: 229

Título: Entrevista Coletiva do Prefeito Marcos Tamoyo e Leão Veloso à Imprensa sobre Imposto Predial, no Gabinete do Prefeito

Lados 1 e 2

Comentários sobre os projetos da Prefeitura e alíquota do IPTU

Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 15 minutos

Data: 11/03/1977

Sumário: Comentários sobre as desapropriações necessárias à construção do Sambódromo, sobre a linha Lilás, sobre a necessidade de um maior diálogo entre os empresários, o governo estadual e a Prefeitura. Manifestação de solidariedade ao prefeito Marcos Tamoyo e à alíquota de 0,8% na cobrança do IPTU.

Temas: Sambódromo, linha Lilás, IPTU

Nº: 244

Título: Prefeito Marcos Tamoyo Reúne-se com os Prefeitos de São Paulo, Manaus, Recife, Teresina, João Pessoa e Rio Branco – Diálogo Nacional – TV Record.

Entrevistado não identificado.)

Local: Rio de Janeiro, RJ.

Data: 23/05/1977

Sumário: Comentários sobre as desapropriações necessárias à construção do Sambódromo, sobre a linha Lilás, sobre a necessidade de um maior diálogo entre os empresários, o governo estadual e a Prefeitura. Manifestação de solidariedade ao prefeito Marcos Tamoyo, e à alíquota de 0,8% na cobrança do IPTU.

Temas: Carnaval, linha Lilás, IPTU.

Nº: 246

Título: Grande Prêmio de Automobilismo

Entrevista coletiva do Prefeito Marcos Tamoyo à imprensa no auditório do hospital Salgado Filho.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo e repórter

Local: Rio de Janeiro, RJ.

Data: 26/05/1977

Sumário: O prefeito considera Anchieta a região administrativa mais carente da cidade do Rio de Janeiro, e assim sendo iria lá pela segunda vez. O repórter pergunta sobre o projeto de lei da Câmara de acabar com as regiões administrativas e o prefeito diz que iria cumprir o que a lei determinasse, mas que achava que esta lei era inconstitucional. O repórter indaga sobre a falta de funcionários no hospital Salgado Filho e o prefeito diz que não recebera reclamação alguma do administrador do hospital a este respeito e acrescenta que aguardava a resposta de um empréstimo do governo federal de 500 milhões de cruzeiros. Tamoyo avisa aos repórteres que a luz do Rio de Janeiro estava por um fio, pois o estado da Guanabara recebia 2 parcelas do imposto único sobre energia: 13 milhões como município e 68 milhões como estado. Mas, sendo município o Rio de Janeiro só recebia os 13 milhões. Por isso ele havia criado uma taxa de iluminação para cobrir os 68 milhões. Explica que a cidade do Rio de Janeiro tinha uma rede de iluminação moderna, e se fosse aprovado o projeto que transferia os 13 milhões diretamente para a Ligth a situação ficaria difícil. Se não recebesse esta verba, afirma que iria ser obrigado a aumentar a taxa de iluminação, pois a Prefeitura pagava à Ligth uma conta anual de luz, mas não repassava à empresa quantia alguma dos 13 milhões que recebia. Informa que a obra do Centro Administrativo estava atrasada por falta de recursos. Ressalta que as reivindicações que ele mais ouvia em suas visitas às regiões administrativas estavam relacionadas à segurança, que era responsabilidade do governo estadual. O repórter pergunta sobre o Sambódromo e o prefeito responde que construiria uma pista especial para os desfiles das escolas de samba e construiria também arquibancadas de concreto. O repórter quer saber onde seria realizada a Feira da Providência e o prefeito sugere que fosse no pavilhão de São Cristóvão. O repórter indaga sobre a diferença para a cidade após a desativação dos incineradores e o prefeito responde

que a poluição na cidade diminuía visivelmente depois da desativação. Ao ser perguntado se não estaria estimulando a construção de loteamentos ilegais ao legalizá-los, Marcos Tamoyo diz que era necessário, porque o não reconhecimento dos loteamentos causava muitos transtornos aos seus moradores.

Temas: Sambódromo, Light, iluminação, obra, Centro Administrativo, Feira da Providência.

Nº: 248

Título: Entrevista Coletiva do Prefeito Marcos Tamoyo em Santa Cruz.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo e repórter.

Local: Santa Cruz - Rio de Janeiro, RJ.

Data: 14/07/1977

Sumário: O prefeito Marcos Tamoyo diz que ainda estava esperando uma resposta do Governo Federal sobre um empréstimo de 500 milhões. O repórter pergunta sobre o Sambódromo e o prefeito diz que não existia um Sambódromo, existia a rua Marquês de Sapucaí que seria alargada para receber os desfiles das Escolas de Samba. O repórter pergunta sobre a construção de um prédio ao lado do parque Lage e o prefeito responde que a administração do parque Lage era federal, portanto ele não poderia interferir. Marcos Tamoyo confirma que sua casa na Barra fora assaltada, que não havia nada de muito valor nela, mas tudo que havia tinha sido levado. Avisa que iria fazer uma representação contra o presidente da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, junto aos ministros da Justiça e das Comunicações, por seu pronunciamento na televisão. Ele disse que todas as merendas de escolas públicas do Brasil estavam contaminadas e que o Ministério da Educação fornecia produtos estragados para as merendas. O prefeito diz que a denúncia fora feita com base em análise elaborada pela própria Prefeitura, que examinava todos os componentes da merenda e quando achava algo estragado, descartava. O repórter indaga sobre o problema da violência nas escolas e o prefeito afirma que pretendia colocar policiais morando nessas instituições em substituição aos zeladores, para aumentar a segurança.

Temas: Sambódromo, segurança, assalto, merenda estragada, ação na Justiça.

Nº: 249

Título: Entrevista Coletiva do Prefeito Marcos Tamoyo no Palácio da Cidade.

Local: Rio de Janeiro, RJ.

Data: 21/07/1977

Sumário: O repórter questiona o prefeito sobre notas fiscais irregulares, que teriam sido entregues à Prefeitura. Marcos Tamoyo nega haver irregularidades e diz que tinha ocorrido troca de produtos ruins por produtos bons. O repórter indaga sobre a questão da concorrência pública nas obras e o prefeito responde que o problema estava nas mãos da Procuradoria, que iria enviar recurso ao Tribunal de Justiça do RJ. Assinala que este recurso dizia que a decisão era inconstitucional porque criava uma disparidade de preços que favorecia os preços nacionais. A ideia de contestar o decreto tinha sido da Assessoria Jurídica da Prefeitura. O repórter pergunta sobre o Plano Urbanístico da Cidade e o prefeito afirma que ficaria pronto em 30 dias, que o secretário de Planejamento iria expor o plano na Câmara dos vereadores e que seria formada uma comissão para acompanhar a evolução do plano. Ele informa que o plano Doxiades não fora implementado e por isso tinha sido necessário criar um novo plano. O prefeito relata que a segurança fora o problema mais citado pela população em entrevista sobre o Plano Urbanístico. Ele argumenta que não podia fazer nada porque a segurança era responsabilidade do governador. O repórter deseja saber sobre os terrenos da avenida Presidente Vargas e Tamoyo responde que esperava que o governador transferisse estes terrenos para a Prefeitura, pois eles seriam usados para pagar a dívida do município com a Caixa Econômica Federal, junto com os terrenos da Prefeitura na Cidade Nova. O repórter pergunta qual era a maior carência da Prefeitura e o prefeito diz que era a falta de recursos, e, assim sendo, tivera que pedir 500 milhões a fundo perdido ao ministro Reis Veloso, que ainda não respondera. O repórter pergunta como o prefeito via a cidade e ele responde que a fusão ainda não terminara e que, por isso, o principal problema tinha sido conseguir recursos para pagar as despesas. Mas ele acredita que a Secretaria de Planejamento iria conseguir equilibrar os recursos com as despesas. Marcos Tamoyo menciona que nunca vira outro político fazer o que ele fazia, visitar as regiões

administrativas para ouvir críticas e sugestões da população. Ele ressalta que as visitas eram importantes para ele ter conhecimento dos problemas pequenos, porque no seu gabinete só chegavam os grandes.

Temas: Concorrência pública, Plano Urbanístico da Cidade, fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara, regiões administrativas.

Nº: 250

Título: Entrevista Coletiva do Prefeito Marcos Tamoyo, no Palácio da Cidade, sobre Transporte Coletivo, Obras de Contenção de Encostas e Qualidade da Merenda Escolar.

Expositores: Marcos Tamoyo e repórter.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 40 minutos.

Data: 21/07/1977

Sumário: Perguntado sobre o que achava da decisão do ministro dos Transportes de passar o controle do transporte de massas para a Prefeitura, o prefeito responde que concordava com a decisão, já que a municipalidade controlava os ônibus. Portanto, seria natural que também controlasse outros meios de transporte, mas para implementar a medida seriam necessários recursos extras para melhorar as ruas e construir terminais, os primeiros em Campo Grande, Cosme Velho e Madureira. O repórter contesta o secretário de Obras, que afirmara estar preparado para as enchentes, dizendo que os fatos o desmentiram. O prefeito nega que o secretário tenha feito tal afirmação e diz que as favelas eram de responsabilidade do governo estadual, através da Fundação Leão XIII e da Companhia Estadual de Habitação. O prefeito responde ao repórter sobre a representação contra o vereador Romualdo Carrasco, que havia comentado o fato de os fornecedores de merenda escolar continuarem os mesmos, apesar de denúncias de alimentos deteriorados, assegurando não ser necessário abrir nova concorrência, pois os alimentos eram fiscalizados constantemente. O repórter pergunta se Marcos Tamoyo era contrário à abertura de uma CPI. O prefeito diz que não era contra nem a favor, que iria acatar a decisão que fosse tomada.

Temas: Transporte de massas, enchentes, merenda escolar, CPI..

Nº: 251

Título: Entrevista Coletiva do Prefeito Marcos Tamoyo, no Palácio da Cidade, sobre Terrenos da Avenida Presidente Vargas, parque Lage, Avenida 31 de Março e Praça Garota de Ipanema (Arpoador).

Expositores: Prefeito, repórter, direção da Mangueira.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 45 minutos.

Data: 28/07/1977

Sumário: O prefeito anuncia que o governador Faria Lima cederá os terrenos na avenida Presidente Vargas, no valor de 300 milhões (cruzeiros) * que, somados aos terrenos da Prefeitura na Cidade Nova, no valor de 400 milhões (cruzeiros), totalizavam os 700 milhões (cruzeiros), necessários para pagar à Caixa Econômica Federal pela propriedade do Arpoador. Tamoyo diz que iria construir no Arpoador uma praça com o nome Garota de Ipanema e que não permitiria outras construções no local. Sobre o parque Lage, responde que era administrado pelo governo federal e, portanto, a Prefeitura não poderia interferir, mas garante que a obra que tinha sido realizada no parque não era irregular. À pergunta sobre por que havia tantos viadutos na cidade, responde que era para desafogar o trânsito. Sobre a Passarela do Samba, diz que não iria construí-la. Iria apenas alargar a Marquês de Sapucaí. Com relação ao buraco do Lume, Tamoyo diz que já enviara dois ofícios ao Banco do Estado do Rio de Janeiro pedindo autorização para aterrar o buraco, mas ainda não recebera resposta. Por isso, iria enviar um terceiro ofício com a mesma solicitação. A diretoria da Mangueira pede a palavra e agradece ao prefeito por ter dado apoio à escola. Depois de um temporal, a cobertura que a Prefeitura havia colocado na quadra da escola tinha sido destruída, mas a Prefeitura agira rápido e mandara a empresa, que havia feito a obra, refazê-la. O prefeito anuncia que dos 504 milhões (cruzeiros) que havia pedido ao ministro do Planejamento, iria receber pela FUNDREM 250 milhões (cruzeiros), distribuídos da seguinte maneira: 40 milhões (cruzeiros) para

construção de terminais rodoviários urbanos, 110 milhões (cruzeiros) para a área de saúde e 100 milhões (cruzeiros) para a racionalização dos transportes urbanos.

Temas: Garota de Ipanema, parque Lage, Escola de Samba da Mangueira, Passarela do Samba, buraco do Lume

Nº: 256

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo à TVE, Programa Diálogo Aberto, com o Repórter Araquém Távora.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo

Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 20 minutos

Data: [1975/1979]

Sumário: Entrevista em que são enfocados o transporte urbano, a construção de terminais de ônibus, a construção da Linha Lilás. Marcos Tamoyo fala que não havia dúvida alguma de que o carioca tinha pago os seus impostos e as suas tarifas com uma pontualidade recomendável a todos os contribuintes do Brasil. Ressalta, entretanto, que a Prefeitura não podia mais contrair empréstimos, pois já atingira seu limite máximo de endividamento. Diz que só poderia conseguir recursos a Fundo Perdido para investir em obras para o lazer, saúde e educação. Destaca que em termos de recursos a Fundo Perdido a cidade recebera até então muito pouco, e que os primeiros foram os 250 milhões transferidos para a conta da FUNDREM para que fosse transferido para a conta da Prefeitura. Conta que tinha pedido, à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 504 milhões de cruzeiros. Menciona que com aquela verba pretendia reaparelhar o Souza Aguiar e o Salgado Filho, construir uma nova ala do Pronto-Socorro do Miguel Couto, num terreno que já tinha sido desapropriado com recursos da Prefeitura. Comenta que ainda tinha uma parcela de 40 milhões para investir nos terminais urbanos do Centro da Cidade, que encontrava no ônibus sua maior cota de passageiros. Ressalta que 70% dos passageiros que percorriam as ruas do Rio eram transportados em ônibus, de modo que seria preciso que os governos estadual e federal olhassem com um pouco mais de carinho para essa parcela que era majoritária. Afirma que era uma forma de melhorar a condição de transporte de 70% dos usuários do Rio de Janeiro e de se melhorar também os terminais de ônibus, pois a cidade não contava com terminais rodoviários bem estruturados, mas com pontos finais de ônibus em uma determinada esquina. Diz que havia um submundo, no entorno do terminal, que passava mal, como o chofer, o trocador, que a população ficava mal atendida, vendedores ambulantes em volta, enfim, um caos. Conta que iria implantar um terminal em Campo Grande e outro no Cosme Velho. Explica que a parcela mais importante dos 250 milhões, 100 milhões, seria aplicada na Linha Lilás, que se chamava então avenida 31 de Março. Justifica que a parcela que necessitava para a construção da linha era de 130 milhões, mas 100 milhões já seriam suficientes para abrir a concorrência do trecho de 500 m, que completaria a linha de 6 Km iniciada em 1948. Comenta que ainda ficariam faltando 254 milhões, que ele esperava que viessem. Menciona que pedira até aos párocos que rezassem para que o dinheiro viesse, para fazer o parque em Bangu e a Estrada dos Bandeirantes. Ressalta que acabara de completar o Plano Urbanístico da Cidade e que tinha confiança nessa "radiografia" da urbe, e que, portanto, as obras e o Plano da Administração seriam feitos a partir do Plano Urbanístico.

Temas: Transporte urbano, terminais, Plano Urbanístico, Linha Lilás, parque de Bangu, Estrada dos Bandeirantes.

Nº: 257

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo à Folha de São Paulo.

Expositores: Repórter Tamar de Castro, prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 60 minutos.

Data: 09/08/1977

Sumário: A repórter pergunta sobre a polêmica obra próxima ao parque Lage e o prefeito responde que o parque Lage não era tombado, pertencia ao governo federal. Sendo assim, a Prefeitura não tinha qualquer responsabilidade sobre o parque. Tamoyo diz que ao ver o projeto de construção ao lado do parque, o



IPHAN tinha demonstrado preocupação com a vegetação, porque a construção exigia que o lençol d'água fosse rebaixado, o que poderia comprometer o equilíbrio da umidade do parque. Tamoyo diz que o IBDF fizera uma vistoria no parque e constatara o mesmo que o IPHAN, aconselhando que a área do parque próxima à obra fosse regada periodicamente, para compensar a perda de umidade resultante do rebaixamento do lençol d'água. A Prefeitura solicitou, então, que fosse definida a área do parque a ser regada, o horário e a quantidade de água necessária. A repórter então pergunta quem faria a vistoria. O prefeito responde que seria da responsabilidade IBDF e da Fundação parques e Jardins e que, como atestara o IBDF, a vegetação não era natural e não poderia receber a mesma proteção que uma vegetação natural receberia. A repórter pergunta por que o IPHAN tombou e depois destombou o parque Lage e o prefeito responde que a pergunta deveria ser feita ao IPHAN. Tamoyo diz, ainda, que o Conselho Estadual de Cultura havia enviado um ofício à Prefeitura do Rio de Janeiro pedindo que a obra fosse embargada. O prefeito enviou este ofício à Procuradoria Estadual que, com o apoio do governador do estado do Rio de Janeiro, Faria Lima, disse que como o parque Lage fora desapropriado pela União, perderia valor qualquer tombamento feito anteriormente. Por isso o Conselho Estadual de Cultura não poderia pedir o embargo da obra baseado no tombamento feito no antigo estado da Guanabara. O governador Faria Lima encaminhou o processo aos ministros da Educação e da Fazenda para eles opinarem sobre o assunto, porque o IPHAN era subordinado ao Ministério da Educação e o patrimônio da União era dependente do Ministério da Fazenda. Tamoyo diz que se um dos ministérios ou os dois achassem que o parque deveria ser tombado e a construção embargada, eles baixariam dois decretos determinando que isso acontecesse. O prefeito reclama da matéria da autoria da repórter que saiu no jornal sobre essa questão e ela concorda que a matéria não fora bem feita. Marcos Tamoyo esclarece mais uma vez que não houve nenhum veto à obra por parte de qualquer órgão ligado ao governo federal.

Temas: Obras, parque Lage, patrimônio, tombamento.

Nº: 264

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo ao Globo, com o Repórter Carlos Amorim, sobre Áreas de Lazer na Cidade.

Expositores: Repórter Carlos Amorim, prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 50 minutos.

Data: 26/10/1977

Sumário: Marcos Tamoyo diz que considera o Rio de Janeiro um pedaço de terra privilegiado pelo espaço geográfico onde está localizado. Considera que o aumento da população impedia que a ocupação do solo e a facilidade de locomoção fossem as mesmas de 30, 40 anos atrás. Mas considera que o Rio não iria deixar de ser humano, porque a sua natureza o tornava uma cidade humanizada. Tamoyo diz que sempre considerou importante humanizar a cidade e que uma maneira de se atingir este objetivo seria fazer áreas de lazer e investir em iluminação, para as pessoas poderem aproveitar as áreas de lazer até mais tarde. O repórter pergunta se a humanização da cidade era um dos aspectos fundamentais da administração do prefeito e ele responde afirmativamente, mas ressalta que a prioridade da Prefeitura era a educação, depois a humanização da cidade. Tamoyo faz um autoelogio à sua administração dizendo que a Prefeitura fizera com que a população valorizasse mais as áreas de lazer e passasse a pedir a construção de mais áreas desse tipo. Destaca um parque de 60 mil metros quadrados em Paquetá, que atendia a uma população de classe média e classe média baixa. O repórter pergunta como era feito o planejamento dessas obras que visavam ao lazer. O prefeito responde que o planejamento ficava a cargo da Fundação parques e Jardins e que tinha sido criada também a coordenação de atividades do parque do Flamengo, local que passou a ter muito mais movimento depois que havia sido inaugurada a nova iluminação. Disse, ainda, que estão sendo construídas 17 novas praças que, somadas, ocupavam um espaço de 173 mil m², a maioria no subúrbio. Cita a construção do parque da Catacumba e do parque da lagoa Rodrigo de Freitas como novas obras realizadas pela Prefeitura e menciona o parque construído na praia do Cocotá, na Ilha do Governador. Mas o parque que mais o entusiasmava era o Sombra e Água Fresca, que seria construído em Bangu. O repórter pergunta sobre o combate à poluição e Tamoyo afirma que o Rio era uma cidade privilegiada por estar perto do mar e ter uma zona industrial longe da zona residencial. Diz que o fim dos incineradores havia contribuído para diminuir a poluição, e que o monóxido de carbono que saía dos carros era diluído no mar. Considera que o único problema grave de poluição que o Rio enfrentava era o

caso da Baía de Guanabara e que para esse problema ser resolvido seria necessário haver educação da população e fiscalização de empresas próximas à baía.

Temas: Áreas de lazer, poluição, parque Sombra e Água Fresca, baía de Guanabara

Nº: 265

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo a *O Globo* sobre a viagem Nice-Londres, concedida ao Repórter Torres

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo

Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 10 minutos

Data: 22/10/1977

Sumário: O prefeito conta sobre os contatos estabelecidos nas duas cidades, com vistas à implantação de projetos semelhantes no Rio de Janeiro. Diz que viajou a convite dos prefeitos das duas cidades. Ele relata que a viagem a Nice tinha sido uma retribuição à visita do prefeito de Nice ao Rio de Janeiro. Conta que Nice tinha uma grande escola de turismo, que recebia, por ano, aproximadamente 2 milhões de turistas e que a imagem do Rio na cidade era muito boa. Comenta que vira uma manchete no principal jornal de Nice dizendo que o número de mortos no carnaval carioca tinha sido igual ao número de mortos dos outros dias do ano, ou seja, não acontecera aumento do número de mortos durante o carnaval. Tamoyo reclama que a imprensa brasileira nunca fazia este tipo de reportagem, sempre destacava apenas o número de mortos durante o carnaval. Tamoyo afirma que estas reportagens prejudicavam o turismo na cidade. Sobre a viagem a Londres, Tamoyo conta que visitara setores da administração de turismo, lazer e transportes. O objetivo da viagem era ver a integração dos meios de transporte públicos, que deveria ser realizada pela Prefeitura. Fala que ficou estabelecido um intercâmbio de técnicos de transportes entre as duas cidades. Em relação ao lazer, Tamoyo assinala que tinha visitado parques, quadras públicas, ginásios etc. Ressalta que na parte cultural existia, desde 1967, um conjunto de salas para espetáculos de ópera, ballet e canto. Explica que eram 3 salas independentes, mas na mesma área, onde havia também uma galeria de arte. Destaca que o conjunto era subvencionado pelo governo, para o preço ser acessível à população. Por fim, o prefeito menciona que existia uma grande simpatia pelo Rio, em todos os lugares pelos quais ele havia passado.

Temas: Transporte, cultura, lazer, intercâmbio de técnicos

Nº: 265

Título: Entrevista ao *Jornal do Brasil* sobre o Projeto da Câmara que Veta o Endividamento do Prefeito sem Anterior Consentimento da Câmara - Parte II

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo

Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 15 minutos

Data: 22/10/1977

Sumário: O prefeito comenta projeto da Câmara e diz que já ultrapassara o limite de endividamento. O repórter diz que a Câmara queria aprovar o crédito ao prefeito separadamente, obra por obra, e não tudo de uma vez. O prefeito fala que era um direito da Câmara, que o único problema era o tempo que iria demorar para a Câmara aprovar cada empréstimo. O repórter pergunta qual seria o limite de endividamento da Prefeitura. O prefeito diz que o limite já tinha se esgotado e que só poderia pedir mais empréstimos em projetos para as áreas de saúde, educação e saneamento. Fala que mesmo assim esses empréstimos teriam que ser aprovados pelo Congresso. O prefeito diz que ainda esperava receber o dinheiro a fundo perdido do governo federal, porque já tinha chegado ao limite do endividamento. O repórter diz que alguns vereadores reclamaram que o orçamento estava pouco especificado. O prefeito responde que o orçamento estava tecnicamente perfeito, e que não era preciso nomear cada rua que iria receber asfalto, ou ser iluminada. O repórter pergunta sobre o PUB-Rio. O prefeito diz que iria receber o primeiro volume do PUB, para analisá-lo. Ressalta que os decretos feitos por ele tinham sido

fundamentais para o sucesso do PUB. O prefeito recebe o PUB Rio e faz a leitura de sua primeiras páginas.

Temas: Crédito, Câmara, fundo perdido, empréstimos

Nº: 263

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo para o Jornal *O Fluminense*, com o Repórter Arnaldo, sobre o PUB-Rio (Plano Urbanístico Base da Cidade do Rio de Janeiro).

Expositores: Repórter Arnaldo e o prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 35 minutos.

Data: 22/11/1977

Sumário: Conversa Aleatória Inicial. Marcos Tamoyo fala que realizou um desejo de sua infância que era voar de asa delta. O repórter pergunta se era preciso alguma preparação. Tamoyo responde que não tinha, mas que bastava confiar no piloto e ter um pouco de coragem. O repórter indaga como tinha sido o primeiro voo do prefeito e ele responde que achava que era uma sensação que só mesmo quem voasse poderia sentir, que ficou com muita inveja dos pássaros, e que o Rio era muito mais bonito para os pássaros. O repórter pergunta como era a vista de cima do Rio e o prefeito responde que era maravilhosa, levando-se em conta que os problemas vistos à distância não eram tão grandes quanto aqueles com os quais a gente convivia no cotidiano. Diz que esperava que a asa para duas pessoas chegasse logo ao Rio, para que ele pudesse fazer um voo com mais conforto e maior duração. (Pausa) Pronunciamento do prefeito dizendo que tinha convocado a imprensa para que presenciasse a posse da Comissão do PUB-RIO. Explica que existiam duas partes do PUB-RIO, a 1ª, elaborada em 29 de maio, já tinha sido entregue e revisada por ele em 1 mês e meio e repassada para a Secretaria para ser impressa, em 300 páginas. Primeiro o Plano Agache - original em francês; o segundo Plano era o Doxiadis - original em inglês; e o terceiro Plano o PUB-RIO (Plano Urbanístico de Base) - original em português (todo ele feito por brasileiros). Ressalta que a capa já era uma novidade, que contava com uma planta atualizada da cidade (Mosaico de Fotografias Aéreas). Esclarece que naquela data estavam implantando em decreto as regras de ocupação da área 9, abrangida pelo metrô, com construções apenas no centro dos terrenos e com 10 pavimentos, garagem subterrânea e com área de jardim. Comenta que aquele não era o 3º Plano da Cidade, mas o primeiro, devido à força que estava sendo dada a ele. Destaca que além de ser o mais completo planejamento urbano da cidade do Rio de Janeiro, era aquele que trazia mais força dentro de si para ser respeitado. Fala que o urbanismo era ciência de povo desenvolvido e uma das provas de que estavam em desenvolvimento era o aparecimento da preocupação com urbanismo. Coloca-se, então, à disposição para perguntas. Comenta que a proposição a curto prazo que seria desenvolvida pelo PUB-RIO consistia no estudo detalhado das áreas de planejamento definidas por ele. Explica que não existia uma receita no Planejamento, mas sim sugestões e uma série de informações sobre as áreas do município. O repórter então pergunta qual tinha sido o maior problema constatado? O prefeito responde que era o transporte de massa, pois em decorrência dele surgiam outros, inclusive de ocupação do solo e que o metrô sozinho não iria fazer milagre. Fala que o trabalho começaria a partir daquele dia, com a nomeação da comissão para dissecar o Plano. Diz que o PUB viria a dar um ritmo às entidades estaduais e metropolitanas, que a filosofia do PUB-RIO era a ocupação do espaço pela densidade. Considera que era o mais completo plano já feito no Rio de Janeiro e que começaria a ser desenvolvido a partir daquele momento em diante. Completa dizendo que o PUB-RIO era, naquele instante, um banco de dados com informações e atualizações sobre o Rio de Janeiro.

Temas: Voo de asa delta, Pub Rio, transporte de massa.

Nº: 268

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo ao *Jornal do Brasil*, sobre Correção da Alíquota do Imposto Predial.

Expositores: Repórter e prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro - RJ.



Duração: 20 minutos.

Data: 12/01/1978

Sumário: O repórter pergunta quais os critérios utilizados para a atualização do valor venal dos imóveis que resultaram no aumento do imposto predial. O prefeito esclarece que o imposto não havia aumentado, o que ocorrera fora uma atualização gradativa do valor venal. Ele diz que esta atualização tinha sido necessária porque quando a cidade pertencia ao estado da Guanabara o ICM era o imposto principal. O imposto predial e o imposto territorial serviam como propaganda para o Rio (pessoas que gerariam receita para cidade através do ICM). Depois da fusão, a cidade havia deixado de ter muitos encargos como a Polícia, mas também passara a receber apenas uma parcela do ICM do estado do Rio de Janeiro. Por isso, seria necessário haver uma atualização da cobrança desses impostos. Afirma, ainda, que os encargos da Prefeitura eram maiores do que a sua receita e que as suas atribuições eram basicamente saúde, educação de 1º grau e lazer. Conta que iniciara a atualização do valor venal dos imóveis no ano anterior e que alguns imóveis tinham sofrido um aumento de apenas 20% do seu valor venal, o que representava uma desvalorização, visto que esse valor era inferior à inflação. Cita como exemplo quem morava perto de uma obra de construção do metrô, que iria pagar um imposto mais baixo enquanto a obra estivesse em andamento, porque o seu imóvel estaria desvalorizado. Mas, depois que a obra fosse concluída, o imposto aumentaria porque o imóvel estaria valorizado pela proximidade do metrô. Informa que estava enviando um formulário aos contribuintes, para que preenchessem com as medidas do seu imóvel, dissessem se era comercial ou residencial e que se o contribuinte não concordasse com o aumento do valor venal do seu imóvel poderia enviar uma reclamação à Prefeitura, que iria estudar caso a caso.

Temas: Atualização do imposto predial, formação de banco de dados sobre os imóveis da cidade.

Nº: 269

Título: Entrevista Coletiva do Prefeito Marcos Tamoyo à Imprensa, sobre o Início das Obras no parque Garota de Ipanema.

Expositores: Repórter e o prefeito Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 20 minutos.

Data: 16/02/1978

Sumário: Marcos Tamoyo destaca a importância do espaço vazio, diz que o parque Garota de Ipanema impedira a construção de mais prédios que aumentariam a saturação do bairro. Fala que o parque era um local para relaxar, por isso não iria ter quadras esportivas ou outras atrações que atrapalhassem a tranquilidade do local, nem mesmo um estacionamento, e que ainda serviria como área de recreação complementar para os alunos da escola Monte Castelo. Afirma que o parque também teria uma passagem somente para pedestres, unindo as ruas Francisco Otaviano e Francisco Bheringh e que as obras, que deviam durar 7 meses, já tinham começado com a demolição do que havia no local, onde já estava se formando uma boca de fumo. À comparação feita pelo repórter entre o parque Garota de Ipanema e o parque do Flamengo, o prefeito responde que descartava a comparação, porque o parque do Flamengo tinha quadras esportivas e havia atraído mais pessoas para a praia do Flamengo, o que não deveria acontecer com o parque novo. Quando o repórter questiona o nome dado ao parque, Tamoyo assinala que a Garota de Ipanema era um símbolo da cidade que dava nome a lanchonetes, restaurantes, boutique e também ao parque que se localizava em Ipanema e que não estava homenageando a garota de Ipanema em si, mas o símbolo que ela representava e elogia a música feita por Vinícius de Moraes e Tom Jobim. O repórter quer saber se havia outros projetos semelhantes em andamento e Tamoyo cita o parque da Lagoa e o parque da Catacumba. Nesse último, assinala, seriam construídos apenas banheiros e uma sede para a administração do parque. O repórter pergunta sobre o imposto predial e Tamoyo conclui dizendo que se surpreendera porque muitas pessoas haviam considerado o valor venal do seu imóvel baixo. Ele diz que a Prefeitura recebera 550 cartas reclamando que o valor estava alto e 652 reclamando que o valor estava baixo.

Temas: Parque Garota de Ipanema, valor venal dos imóveis.



Nº: 280

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo a Estudantes no Palácio da Cidade – temas variados.

Expositores: Marcos Tamoyo e estudantes

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 25 minutos.

Data: 17/05/1978

Sumário: O prefeito Marcos Tamoyo começa dizendo que como a Prefeitura era pioneira em matéria de educação, estava sendo também no âmbito do esporte, pois todas as escolas tinham uma quadra pequena de basquete, de vôlei, etc. Ressalta que era uma espécie de “quebra galho”, mas que pretendia iniciar no Rio de Janeiro a construção dos Centros de Esporte que dariam apoio técnico a toda a mocidade, praticamente um celeiro de futuros atletas. Perguntam se existiam novos projetos? O prefeito responde que não tinha recursos para fazer mais do que a de Campo Grande, mas a semente era muito boa. Perguntam de quem era aquele prédio do Ministério da Agricultura, na Praça XV? Tamoyo diz que o prédio pertencia ao governo federal, e o governo faria dele o que achasse que deveria fazer. Perguntam sobre dos futuros projetos, qual deles Tamoyo achava mais importante? Ele responde que não tinha um projeto importante, tinha projetos para educação, para a saúde. Informa que tinha uma novidade, iria construir em Campo Grande o primeiro centro de esportes para alunos de primeiro grau, com campo de atletismo, futebol de salão e de campo, e que os alunos receberiam instrução esportiva. Perguntam a que o o prefeito atribuía a aparição de tantas seitas religiosas? Tamoyo afirma que o homem realmente estava buscando uma fuga para esse impacto da sociedade capitalista de consumo; que realmente buscava em cada nova seita que surgia conquistar tudo o que ele considerava alimento espiritual. Alerta, porém, que a filosofia básica deveria ser mantida: amar ao próximo. Perguntam a ele se já deve vira ou ouvira falar do filme “Jesus de Nazareno”, qual a opinião dele sobre a imagem de Cristo apresentada? Tamoyo diz que não poderia emitir uma opinião, porque não vira o filme. Perguntam qual era a filosofia de vida dele? Tamoyo enfatiza que sua filosofia de vida era o amor ao próximo, a filosofia do trabalho e a filosofia de criar; recorda que era um engenheiro e menciona que achava que o engenheiro era a versão masculina da maternidade, já que o engenheiro criava, ele fazia acontecer, fazia nascer obras; fala que abriu o Túnel Rebouças, ajudou a fazer o parque do Flamengo e que a felicidade residia em fazer aquilo de que se gostava, desde que isso fosse positivo e trouxesse o bem a todos. Perguntam qual o palpite de Tamoyo para a Copa do Mundo? Tamoyo diz que evidentemente era o Brasil, e que suas horas de lazer eram passadas na casa de Petrópolis, no convívio com as duas filhas, a mulher, a mãe e parentes; e que, em termos de esporte, praticava o tênis. Perguntam quais eram os verdadeiros valores da vida para o prefeito? Tamoyo assinala que já respondera a esta pergunta. Um estudante diz que todos estavam cientes de que o Brasil passava por uma crise no setor educacional, e pergunta se Tamoyo, como prefeito, tinha algumas palavras que pudessem suprir tais dificuldades? Tamoyo responde que o Brasil vivia uma crise, mas que o Rio de Janeiro era um símbolo da educação no Brasil e que o crescimento demográfico era o grande desafio para o acompanhamento. Perguntam se sendo o Rio de Janeiro uma cidade maravilhosa, não deveria haver uma solução para as praias poluídas? O prefeito fala que existiam, que essas praias eram as do interior da Baía de Guanabara, e que para reverter essa situação demandava muita educação e cabia ao governo federal ditar as ordens para a manutenção do meio ambiente. Perguntam o que ele achava sobre as barbaridades em relação à violência? Tamoyo comenta que barbaridades eram vistas em todos os aglomerados grandes e o Rio não fugia à regra. Perguntam se a influência da TV era benéfica ou maléfica? Se a TV era uma das causas para a perda de cultura no nosso país? Tamoyo acha que não, que a TV agilizava as pessoas, o problema era que existiam programas bons e outros ruins e que cabia à mocidade selecionar e se aprofundar no que era bom. Um estudante comenta que se o carnaval era conhecido em todo o mundo, porque era necessário pagar para personalidades internacionais virem ao Brasil? Tamoyo retruca que o Carnaval era conhecido em todo o mundo porque as personalidades vinham ao Brasil e divulgavam e que se fosse pagar para ter espaços nas revistas, daria para convidar 5 mil pessoas. Perguntam a que ele atribuía a decadência do carnaval de rua? O prefeito diz que essa era uma tremenda inverdade, que no subúrbio crescera o número de bailes de carnaval nas praças. As áreas de comemoração é que tinham mudado. Perguntam se o prefeito achava que o divorcio trouxera benefícios para a estrutura da sociedade brasileira? Tamoyo expressa a opinião de que sim, porque homologara oficialmente uma situação que já existia. Pergunta: qual o conceito de Tamoyo em relação à pena de morte no Brasil? Tamoyo responde que a população tinha um sentimento religioso muito forte, então essa ideia chocava demais, mas que não era jurista e tinha a impressão de que ela ameaçava e poderia ser benéfica no caso de alguém que tirasse a vida de outro sem ser por algum motivo justo. Faria com que a pessoa pensasse um pouco antes de cometer um crime. Porém, como lei decorativa, não deveria existir. Mas, se fosse atribuída com justiça, deveria existir. Perguntam se Tamoyo achava que o filme “Passageiros da agonia” poderia trazer consequências nocivas à sociedade? Tamoyo diz que vira o filme e

só ouvira posições contrárias. Um estudante fala que sabiam que havia um incentivo à música popular brasileira, mas que a maioria dos jovens preferia música internacional. Pergunta se na opinião do prefeito a MPB havia decaído? Tamoyo contesta, diz que a música brasileira tornara-se mais flexível, que tinha mais modalidades e que a cada dia sua importância crescia; que era ainda um elemento aglutinador da sociedade. Afirma que a música americana dividia e a MPB somava. Pergunta: E sobre a denúncia vazia? Tamoyo expressa opinião de que a denúncia vazia deveria cair. Perguntam a opinião dele sobre a emancipação da mulher? Tamoyo acha que ela deveria emancipar-se sim, desde que deixasse espaço para o lar, que dependia essencialmente dela.

Temas: Educação, divórcio, pena de morte, música brasileira, esporte, carnaval, poluição, emancipação da mulher, seitas religiosas, televisão, entre outros.

Nº: 297

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo na Faculdade Gama Filho sobre Temas Variados

Expositores: Repórter e Marcos Tamoyo

Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 5 minutos

Data: 11/07/1978

Sumário: O prefeito afirma que quem não tinha uma escola pública até 3 quilômetros distante de casa recebia uma bolsa em uma escola particular perto de sua residência. Ele diz que a grande procura por algumas escolas municipais era que provocava as filas para inscrição de alunos no começo do ano e o preenchimento de todas as vagas oferecidas. Explica que os alunos que não conseguissem vaga nessas escolas podiam procurar outras escolas públicas ou podiam pedir bolsa de obrigatoriedade escolar. A repórter diz que o prefeito havia criado 500 cargos de professor de ensino médio e 450 cargos de professor primário, que transformara em professores de ensino médio. Ela pergunta em que isso iria ajudar a resolver o problema dos professores no Rio de Janeiro. Marcos Tamoyo esclarece que não havia problema de professores na cidade. Afirma que periodicamente eram abertos concursos para substituir os professores que se aposentavam e que acontecera apenas um remanejamento de professores. A repórter pergunta sobre decreto assinado pelo prefeito que obrigava cinemas, teatros e casas de diversão a terem uma placa avisando se o estabelecimento estava lotado ou não, e os ambulantes a afixarem o preço de suas mercadorias. Tamoyo responde que esta era uma forma de dividir com a população a responsabilidade sobre a fiscalização das atribuições das casas de espetáculos e dos preços cobrados por ambulantes. Fala, ainda, que nos países mais desenvolvidos já era uma prática comum colocar placas indicando se o estabelecimento estava lotado ou não. A repórter pergunta se a Prefeitura conseguiria fiscalizar todos os vendedores ambulantes para saber se eles estavam cumprindo a nova regra. O prefeito diz que não, mas que esperava poder contar com o apoio da população para realizar a tarefa. A repórter pergunta quais foram as principais perguntas feitas pelos estudantes no encontro com o prefeito. Marcos Tamoyo diz que os estudantes abordaram todos os assuntos e que as perguntas foram bem feitas, e que, depois de expor o que considerava importante para a melhoria da qualidade de vida da população, ouviu as perguntas dos estudantes, que seriam os futuros administradores da cidade.

Temas: Avisos de lotação esgotada, fiscalização de ambulantes, concurso e remanejamento de professores

Nº: 304

Título: Entrevista Prefeito e Bhhscheccia – Ilha de Paquetá - níveis de decibéis e sua frequência produzidos pelo pouso e decolagem

de aviões no Aeroporto Santos Dumont.

Expositores: Prefeito, técnico da ASA.

Data: 08/08/1978

Sumário: Marcos Tamoyo fala que, com a entrada da nova pista do Aeroporto Internacional, surgira a hipótese de que Paquetá viesse a sofrer com o barulho, atormentando os três mil moradores daquela tranquila ilha. Diz, que desde o início de sua administração tinha se preocupado com a cidade como um reduto de lazer e Paquetá recebera atrativos basicamente de lazer. Afirma que estava ali para ouvir a



opinião do técnico responsável pelo aeroporto. O técnico responde que primeiramente gostaria de agradecer a presença do Prefeito e da Imprensa e que todas as vezes em que ocorresse algum problema em relação ao aeroporto ele esperava essas presenças, oportunidade para esclarecer os problemas e as atividades da ASA. Continua dizendo que o problema de ruído era mundial, que se devia distinguir ruído e barulho, o segundo era medido em decibéis e o primeiro era medido segundo um coeficiente, resultando em um nível ideal suportado pela pessoa humana que, se ultrapassado, poderia causar ansiedade, distúrbios físicos e nervosos, etc. Adianta que mesmo que todos os aviões passassem em cima de Paquetá, na altura prevista, não haveria nenhum perigo para a saúde. Afirma que o nível ideal de ruídos estava localizado entre 75 e 85 decibéis e que na sala de espera de um hospital o nível era de 60 decibéis. O nível máximo, continua, era de 100 decibéis, que poderia ser suportado por um determinado tempo, não o dia todo. Exemplifica com uma reportagem que saíra naquela semana mostrando que numa discoteca a medição apontara entre 115 e 110 decibéis, durante 25 minutos. Diz que não se podia acabar com o ruído e sim tomar precauções para evitá-lo. No caso da 2ª pista, dada a distância da cidade em relação ao aeroporto, era igual a do mesmo para a cidade de Niterói e do parque do Flamengo. Fala que o ruído não chegava a 100 decibéis em Niterói e que o problema maior estava na Cidade Universitária, onde os aviões passavam a 20 metros de altura, mas que com a construção da segunda pista todos os aviões iriam sair da pista mais próxima.

Temas: Ruído, barulho, decibéis, pista, aeroporto, Paquetá, Cidade Universitária.

Nº: 308

Título: Entrevista de Marcos Tamoyo à TV Globo sobre Garagem.

Expositores: Marcos Tamoyo e Glória Maria.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 12 minutos.

Data: 21/09/1978

Sumário: Marcos Tamoyo inicia dizendo que o melhor seria examinar o ponto nevrálgico do estacionamento em Copacabana, porque Copacabana era um caos. A repórter Glória Maria pergunta sobre o Centro. Tamoyo responde que no centro existia uma certa proporcionalidade entre o número de escritórios, mas em Copacabana a proporcionalidade era em função do tamanho do apartamento. Ao citar a lei da obrigatoriedade da construção de garagem ele é interrompido pela pergunta sobre a data da Lei. Responde que era do segundo semestre de 75, agosto, e que depois dela tinham sido licenciados em Copacabana 1440 apartamentos (36 edifícios), que trouxeram consigo, devido à nova lei, 3.800 novas vagas para automóveis. Glória Maria então pergunta se existia algum dado sobre quantas vagas seriam necessárias para resolver o problema de Copacabana. Tamoyo responde que alguns estimavam em 30 mil vagas só para atender ao comércio e consumidores. Diz que Copacabana tinha 3.000 edifícios e mais de mil edifícios sem garagem. Glória Maria retruca que em Copacabana já não tinha mais local. Tamoyo responde que faltavam ainda muitas medidas para serem tomadas. Glória Maria diz que o DETRAN estava reivindicando havia muito tempo a permissão para estacionar com duas rodas sobre a calçada, pois que, segundo o diretor do DETRAN, não existia mais uma solução da engenharia de trânsito, só rebocar e multar e que essa era a realidade de Copacabana e de grande parte da Zona Sul, onde não existia estacionamento, nem garagem. Então, continua, como alguém poderia ser multado se não tinha onde estacionar o carro? Tamoyo responde que existia ainda a possibilidade de desvalorização dos prédios e, diante da lógica capitalista, derrubar um prédio antigo com quatro pavimentos sem garagem e construir um de 12 andares com garagem seria interessante. Glória Maria fala que recebera a informação de que Marcos Tamoyo havia baixado um decreto isentando de imposto, mas ninguém quis. Tamoyo diz que com a proibição violenta de estacionar na calçada era que iria aparecer interesse maior. Glória Maria pergunta como estava sendo aplicada a lei que determinava que o número de vagas deveria ser proporcional ao tamanho do apartamento e quais tinham sido as medidas em matéria de estacionamento? (pausa) Tamoyo pede para reformular a pergunta.

Temas: Garagem, multa, DETRAN, vagas.



Nº: 310

Título: Entrevista do Prefeito Marcos Tamoyo à Imprensa, sobre Pedidos à Câmara Municipal para Contrair Empréstimos.

Expositores: Marcos Tamoyo.

Local: Rio de Janeiro - RJ.

Duração: 38 minutos.

Data: 11/10/1978

Sumário: Tamoyo fala que pedira uma conversa com a imprensa porque no dia anterior a Câmara dos Vereadores, ou melhor, a bancada do MDB, havia rejeitado uma mensagem sua dentro do Regimento e que ele então precisava explicar à população o que significava essa rejeição. Diz que quando foi aprovado o orçamento para o ano de 1978, a Câmara dos Vereadores, pela 1ª vez, não deu liberdade para que a Prefeitura contraísse empréstimos, a fim de equilibrar o orçamento, e que foi o único veto sofrido pela sua administração. E que essa passou a ser a regra do jogo. Afirma que recentemente pedira licença para contrair empréstimo de 200 milhões para pagar o metrô e que a licença fora concedida e já estavam então processando a realização da efetiva contratação do empréstimo. Diz que surgira uma novidade, o Banco Nacional de Habitação desenvolvia um programa chamado CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada), que visava a dar às populações mais carentes o mínimo de infraestrutura, ou seja, meio-fio, pavimentação, arborização e iluminação em áreas carentes. Diz que os responsáveis pela CURA acenaram com a possibilidade de emprestar para a Prefeitura do Rio de Janeiro até 450 milhões de cruzeiros. E que então a Prefeitura havia elaborado um programa de 150 até 450 milhões de cruzeiros que compreendia o seguinte: 150 ruas, totalizando 500 quilômetros distribuídos entre Santa Cruz, Campo Grande e Bangu. - 252 milhões de cruzeiros; 2,2 quilômetros de duplicação, iluminação e drenagem da avenida Marechal Fontenele, no trecho entre a estrada Manoel Nogueira de Sá e Piraquara, 28 milhões de cruzeiros; Centro de Esportes Interescolares em Campo Grande, 170 milhões de cruzeiros. Continua afirmando que isto já tinha sido discutido com o BNH que previamente estava de acordo em dar essas importâncias e que esses 170 milhões, que iam ser jogados no empréstimo da CURA, já figuravam no orçamento do ano seguinte. Explica que então seria a diminuição do déficit do ano vindouro que era da ordem de 700 milhões e que só os 170 milhões do Centro Interescolar figuravam no orçamento para o ano seguinte. Diz, ainda, que a amortização, em 20 anos, começaria seis meses depois de o dinheiro ser aplicado, ou seja, dentro de 30 meses, e que a primeira parcela da amortização seria cobrada no segundo semestre de 1981 e todas essas obras seriam inauguradas pelo próximo prefeito. Contesta que banco era um lugar em que o dinheiro ficava à espera do cliente, que poderia ser que o BNH tivesse o dinheiro, mas não sabia se ele teria no próximo ano, que quem era empresário sabia muito bem que quando ele dava uma abertura era para ser usada. Continua explicando que todas essas obras tinham sido orçadas e especificadas sem qualquer conhecimento de qualquer político da Arena. E que havia dois meses que a Prefeitura estava fazendo esse trabalho, que não era de conhecimento de nenhum político da Arena, para não ser chamado de demagogia. Disse que doze dias antes pedira ao líder do MDB na Câmara dos Vereadores, Sílvio de Moraes, e ao líder da Arena para virem conversar com ele e lhes disse que ia entregar-lhes a mensagem que iria ser lida na seção do dia seguinte e que só então os vereadores da Arena e do MDB saberiam quais eram as ruas que seriam beneficiadas. Afirmou que o próprio líder do MDB ficou surpreso com a lisura com que estava sendo tratado o problema, porém, no dia anterior, a bancada do MDB, incidindo demagógica e mediocrementemente, achara por bem rejeitar a possibilidade, de maneira que aquele já era um assunto ultrapassado. Restava-lhe, portanto, comunicar aos moradores das 150 ruas do subúrbio carioca de maior carência que não iriam ter nem pavimentação, nem iluminação, nem drenagem e arborização, porque o MDB não queria. Diz que quando o poder de decisão era acionado com demagogia e mediocridade quem sofria era o povo e que aquele era um exemplo clamoroso. À pergunta sobre se a cidade estava se descaracterizando com a demolição de alguns prédios como o Edifício da Noite, o palácio Monroe e o Museu da Imagem e do Som, Tamoyo responde que não, que aqueles prédios, todos federais, já tinham sido julgados pelos órgãos que constituíam a peneira mais fina do julgamento da tradição e do valor histórico. Fala que iria publicar o álbum do Malta sobre a avenida Rio Branco, que continha fotografias maravilhosas e que a avenida sofrera muitas mudanças desde o dia em que tinha sido inaugurada. Afirma que a palavra descaracterização era perfeita, que a população crescendo na taxa de 2,7% não havia, infelizmente, como deixar de descaracterizar em muitas partes para poder abrigar aquela erupção de crescimento. Conclui dizendo que apesar da violência que não existia só no Rio, ele considerava a cidade um oásis dentro do cenário internacional.

Temas: Empréstimos, MDB, ARENA, segurança, tombamento, descaracterização.

Nº: 388

Título: Entrevista do Prefeito Júlio Coutinho ao Programa Cidinha Campos Livre, na Rádio Tupi, sobre Carnaval, Aumento para o Funcionalismo Público e Favelas.

Expositores: Cidinha Campos, prefeito Júlio Coutinho.

Local: Rio de Janeiro - RJ

Duração: 7 minutos.

Data: 10/03/1981

Sumário: Cidinha Campos comenta sobre o Carnaval e a corrupção envolvendo a organização da festa. A apresentadora Cidinha Campos faz críticas ao prefeito e diz que a Prefeitura não era a responsável pelo sucesso alcançado na festa do Carnaval que a cidade tinha promovido. Inclusive, destaca que, sobre os problemas verificados no último Carnaval com a venda de bilhetes, na verdade, era a RIOTUR quem deveria responder, já que o caso envolvia até suspeitas de corrupção contra uma figura aliada do próprio prefeito Júlio Coutinho.

Temas: Carnaval, corrupção.

Nº: 413

Título: Entrevista do Prefeito Júlio Coutinho à Rádio JB.

Expositores: Prefeito Marcos Tamoyo, Eliakim Araújo e Marcos Reis

Duração: 55 minutos

Data: 12/11/1981

Sumário: Eliakim pergunta sobre a obra na rua São Clemente. O prefeito responde que era uma obra cara, difícil de ser feita, mas necessária para atender ao escoamento das águas fluviais da Marquês de São Vicente. Ele afirma que a obra já estava pronta e já havia comprovado a sua utilidade quando, pouco tempo atrás, chovera torrencialmente e a rua São Clemente não tinha alagado. Marcos Reis pergunta porque a rua Voluntários da Pátria ficara inundada. O prefeito responde que não fora possível fazer obra em todas as ruas, e que em Botafogo as galerias pluviais eram muito antigas. Por isso, dera-se prioridade à São Clemente, que era a principal rua do bairro. Ele explica que havia recebido pedidos para fazer obras em outras ruas de Botafogo, mas que antes de fazer as solicitadas ele teria que avaliar a situação de cada rua. Eliakim pergunta se o prefeito considerava a cidade preparada para um temporal. O prefeito diz que a capacidade da cidade de resistência a temporais tinha melhorado muito, graças aos esforços da Prefeitura e da população. Júlio Coutinho aproveita a oportunidade para comentar que não ocorrera nenhum caso de poliomielite registrado na cidade, desde agosto de 1980. E comemora que não houvesse um caso de raiva em humanos, desde o início de 1981, o que, segundo ele, demonstrava a melhora do sistema de saúde municipal e o sucesso da campanha de vacinação. Marcos Reis pergunta como estavam as finanças do município. O prefeito diz que a cidade sofria com a inflação e a redução da atividade econômica. Ele conta que em 1980 o déficit da Prefeitura tinha sido de 10 bilhões, em 1981 fora de 14 bilhões, e a previsão para 1982 era de 32 bilhões. Por isso, afirma, a Prefeitura precisa equilibrar o orçamento, o que parecia possível porque já fazia 2 anos que o município não se endividava. Sendo assim, continua, o Rio de Janeiro ainda estava muito abaixo da capacidade de endividamento a que tinha direito. Por isso, assinala que pensava em captar recursos para manter investimentos na cidade e que uma das opções era a emissão de títulos que seriam chamados de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Municipal. Ressalta que já pedira autorização à Câmara Municipal, solicitara que o BANERJ emitisse os títulos e pedira autorização também às autoridades federais. Ele acredita que não iria haver problemas para a aprovação do seu pedido. Eliakim pergunta como funcionaria o esquema. O prefeito responde que pretendia criar um papel com a liquidez e a rentabilidade igual aos dos já existentes. Eliakim pergunta se isto seria possível e o que aconteceria se todos os prefeitos resolvessem criar títulos também. Júlio Coutinho responde que o município de São Paulo já utilizava o mecanismo e que o governo federal era muito rígido no controle da emissão de títulos. Além disso, diz, o Rio de Janeiro tinha condições de cumprir as condições exigidas. Defende que, valorizando a Zona Oeste, diminuiria a concentração demográfica na Zona Sul. Eliakim Araújo pergunta sobre os terrenos desapropriados para a construção do metrô, que as associações de moradores pretendiam que fossem transformados em áreas de lazer. Fala que havia um projeto do vereador Cleomir Ramos que seria vetado pelo prefeito. O prefeito responde que era obrigação da Prefeitura construir áreas de lazer, porque o crescimento vertical da cidade não permitia que as pessoas tivessem jardins ou quintais. Por isso estava sendo construído, em Bangu, o parque Moça

Bonita, em um terreno de 130 mil metros quadrados, que fora doado à Prefeitura. Com relação ao metrô, menciona que existia um projeto de construção de uma área de lazer de 2.500 metros quadrados nos terrenos desapropriados. O prefeito ressalta que as comunidades queriam que todos os terrenos fossem utilizados para a construção de áreas de lazer, mas ele preferia utilizar os terrenos para outros fins também. A respeito do projeto de lei, Júlio Coutinho afirma que era inconstitucional porque, enfatiza, era responsabilidade do estado e não do município. O prefeito destaca que a recuperação do canal do Jardim de Alah fazia parte do projeto de recuperação da Lagoa. Eliakim encaminha ao prefeito a pergunta de um outro ouvinte, morador de Botafogo, que reclamava da garagem da COMLURB que existia no seu bairro. Ele reclama que os 45 caminhões estacionados na garagem ligavam seus motores às 6 horas da manhã e, além do barulho, a poeira que saía dos caminhões também incomodava. Ele sugere que a garagem fosse transferida para Ipanema. O prefeito diz que lamenta o incômodo, mas não seria possível acabar com a garagem de Botafogo, pois era lá que os caminhões que faziam a coleta de lixo na cidade transferiam o que era coletado para caminhões maiores, que levavam o lixo até os aterros sanitários. O prefeito promete tentar minimizar ao máximo o incômodo dos moradores de Botafogo. Ouvinte de Copacabana pergunta se o prefeito havia tomado conhecimento do conteúdo do edital do concurso do magistério do município do Rio de Janeiro. O município estava sendo acusado por um deputado federal de estar fazendo o concurso apenas por objetivos políticos. O prefeito diz que a Prefeitura não organizaria um concurso para 48.000 candidatos apenas por motivos políticos. Avisa que o concurso seria feito para o preenchimento de 1.000 vagas de professores e que no município só se entrava no magistério através de concurso, que é a melhor maneira de selecionar os melhores candidatos. O prefeito adianta que o concurso estava sendo organizado pela FESP (Fundação Escola do Serviço Público), que já organizara outros concursos. Um ouvinte pergunta sobre o enquadramento dos professores. O prefeito diz que não fora possível fazer naquele ano pelo aumento do número de alunos nas escolas municipais, além do número de professores que iriam se aposentar no fim do ano. Mas garante que iria fazer no próximo ano. Ouvinte da Penha pede que o prefeito desse mais atenção às associações de moradores. O prefeito elogia a atuação das associações de moradores, mas diz que tinha poucas informações sobre elas e que pretendia aumentar o diálogo durante o ano. Eriberto, jornalista do *Jornal do Brasil*, pergunta sobre a tarifa única. O prefeito reconhece o problema dos transportes, principalmente para quem mora longe do Centro. Conta que a Prefeitura já reduzira de 55 para 34 as empresas prestadoras de serviço e que a intenção da Prefeitura era dividir a cidade em 22 áreas para que em cada área houvesse, no máximo, duas tarifas. Morador do Méier reclama que a praça Monteiro Lobato tinha se tornado um motel, e pede que o prefeito cerque a praça para evitar que os carros estacionassem lá. O prefeito diz que não sabia da situação e que iria analisar qual seria a melhor solução a ser adotada para resolver o problema citado. Um ouvinte pergunta sobre o projeto de transformar o largo de São Francisco em um calçadão, removendo cerca de 100 linhas que passavam por lá. O prefeito diz que pretendia construir um terminal rodoviário no largo de São Francisco, mas que para isso seria necessário desapropriar alguns terrenos. Moradora de Santa Teresa reclama da companhia de ônibus CTC. O prefeito diz que a responsabilidade sobre a CTC era estadual, mas que enviaria a reclamação da ouvinte à CTC. Morador de Botafogo reclama que o funcionário público municipal não recebia 13º salário e não tinha reajuste de salário. O prefeito diz que a Prefeitura tinha mais de 88 mil funcionários. Por isso, qualquer mudança envolvia muitos gastos. E que o município só poderia reajustar o salário se o Estado reajustasse primeiro. Mas promete se esforçar para melhorar a qualidade de vida do servidor municipal. Um ouvinte de Jacarepaguá reclama que houve um aumento do gabarito no seu bairro, o que não acontecia quando o prefeito era Marcos Tamoyo. O prefeito diz que os projetos na média demoravam cinco anos para saírem do papel. Logo, ele não poderia ser responsabilizado pelo aumento de gabarito. Ele diz que a redução do gabarito ajudaria a diminuir a densidade demográfica. Ouvinte do Grajaú pede que o prefeito se posicione sobre as eleições. O prefeito fala que apoiava o deputado Miro Teixeira para governador. Eliakim Araújo pergunta se a população estava satisfeita com a sua administração. Ele diz que sim, que uma pesquisa recente tinha mostrado que 4 em 5 cariocas estavam satisfeitos.

Temas: escoamento de águas pluviais, vacinação, eleições, CTC, concurso público, FESP, magistério, COMLURB, gabarito